



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 056

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 26 DE MAIO DE 2008

ANO XXXIII

### Mesa Executiva

<b>NELSON JUSTUS</b> Presidente - Democratas		
<b>ANTONIO ANIBELLI</b> 1º Vice-Presidente - PMDB	<b>AUGUSTINHO ZUCCHI</b> 2º Vice-Presidente - PDT	<b>FELIPE LUCAS</b> 3º Vice-Presidente - PPS
<b>ALEXANDRE CURI</b> 1º Secretário - PMDB	<b>LUCIANA RAFAGNIN</b> 2ª Secretária - PT	<b>LUIZ ACCORSI</b> 3º Secretário - PSDB
<b>CIDA BORGHETTI</b> 4ª Secretária - PP	<b>CHICO NOROESTE</b> 5º Secretário - PR	
<b>ABIB MIGUEL</b> Diretor Geral		

### Lideranças

Líder do Governo .....	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PMDB .....	Waldyr Pugliesi
PSDB .....	Ademar Traiano
Partido Democratas .....	Plauto Miró
PT .....	Professor Luizão
PP .....	Duílio Genari
PDT .....	Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN .....	Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV .....	Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR .....	Jocelito Canto

### Representação Partidária

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 056**

### **50ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva..... 02**

**Presenças..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Ofícios..... 03

Indicações ..... 03

Requerimentos ..... 03

Projetos de Resolução..... 07

Projetos de Lei ..... 07

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Tadeu Veneri..... 10

Dep. Elio Rusch ..... 11

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 12

Dep. Reni Pereira..... 13

Dep. Artagão Júnior..... 14

Dep. Luiz Eduardo Cheida ..... 15

#### **Grande Expediente:**

Dep. Waldyr Pugliesi ..... 16

Dep. Durval Amaral ..... 17

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Pastor Edson Praczyk..... 12

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão ..... 19

Liderança do PMDB

Dep. Teruo Kato..... 21

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli .... 21

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 23

Discussão/Votação

Redação Final ..... 23

2ª Discussão ..... 23

1ª Discussão ..... 23

Requerimentos ..... 28

**Encerramento da Sessão ..... 28**

#### **Publicações:**

Atas de Comissão ..... 29

Constituição e Justiça ..... 29

### **DIÁRIO Nº 056**

### **50ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 50ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE MAIO DE 2008**

(segunda-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Antonio Anibelli, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Ademar Traiano, Artagão Júnior, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Chico Noroeste, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício e Francisco Bühner (07).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Luiz Accorsi e Cida Borghetti (02).

Em licença o Sr. Deputado Nelson Justus (01).

Em licença médica o Sr. Deputado Geraldo Cartário (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

#### ***Ofícios***

OFÍCIO Nº 099/08

Curitiba, 26/05/08.

Senhor Presidente.

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária de hoje - 26/05/08 - por estar em visita às minhas bases eleitorais no noroeste do estado e, portanto impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos.

Limitando ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

OFÍCIO S/N

Curitiba, 26/05/08.

Senhor Presidente.

Pelo presente encaminho a V. Exa. o atestado médico necessário para que o setor competente desta Casa de Leis, proceda a justificativa da minha ausência na Sessão Plenária do dia 21 de maio do corrente.

Sendo o que o se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

(a) FÁBIO CAMARGO

#### ***Indicações***

INDICAÇÃO Nº 128/08

SÚMULA:

Sugere a duplicação da rodovia que liga o município de Maringá ao município de Guaíra.

Ao Exmo. Sr. Governador:

O Deputado Dr. Batista dirige-se à V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - A duplicação da rodovia que liga o município de Maringá ao município de Guaíra.

II - A apresentação da presente indicação, vem ao encontro de antiga reivindicação da comunidade de Maringá e região para que seja realizada a duplicação da rodovia.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) DR. BATISTA

### ***Requerimentos***

REQUERIMENTO Nº 1278

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, arquivamento do Projeto de Lei nº 195/08, que declara de utilidade pública o Centro de Recuperação Viva com Deus - CREVD, com sede e foro no município de Umuarama, por existir a Lei nº 11599, de 14/11/97.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

REQUERIMENTO Nº 1308

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, SOLICITA que seja justificado o não comparecimento à Sessão do dia 21/05/08.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se ausência devido a compromissos oficiais no município de Guaratuba.

REQUERIMENTO Nº 1270

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Vereador João Queiroz Maciel, ocorrido no dia 23/05/08, nesta capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 84 anos de idade faleceu, nesta capital, no dia 23/05/08, o ex-Vereador João Queiroz Maciel, que era natural de Piraí do Sul-PR. Deixou viúva a Sra. Elzira Maciel. Deixou ainda, três filhas, nove netos e três bisnetos.

A primeira posse de Maciel na Câmara Municipal de Curitiba foi em 31/01/73. Foi reeleito em 1982 e ocu-

pou o cargo até 31/12/88. Sendo eleito pela ARENA (Aliança de Renovação Nacional), concluindo seu mandato no PDS. Era formado em Direito e Farmácia. Também foi Delegado da Polícia Civil.

O passamento do ex-Vereador João Queiroz Maciel veio abrir lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos e ao trabalho.

Sua família, a família que adorava, despediu-se com lágrimas, dizendo que poderá repousar tranqüilo, pois saberá honrar seu nome e cultuar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou os familiares de João Queiroz Maciel, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 1279

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Luci Terezinha Primor Teixeira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1280

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Peri Cardoso Vaz, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1281

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ernesto Peplow, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1282

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vanderlino Ricardo de Castro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1283

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ana Maria Pereira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1284

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Francisca Roczkoneski de Oliveira, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1285

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Miquelina Goudak, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1286

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Darci Pul, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1287

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Simão Fernandes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 1288

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Iolanda Rodrigues, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1289

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Iolanda Batista de Góes, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1290

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Carmela Galvão, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1291

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Alfredo Bychinski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1292

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Japi-açu Marcelo de Quadros, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1293

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vagner Luiz Serafin da Silva, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1294

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento da Sra. Olga Holzmann, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1295

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mecheslau Ochonski, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1296

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Venilton Bueno Maciel, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1297

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ciro Antunes de Castro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1298

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Marcos Felipe Romanek, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) PLAUTO MIRÓ

## REQUERIMENTO Nº 1299

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar, pelo falecimento da Sra. Iorfinda Mora, com 81 anos de idade, na cidade de Maringá.

Nascido em 04/09/16, a Sra. Iorfinda Mora foi uma das primeiras ginecologistas de Maringá. Foi pioneira e fundadora do Hospital Santa Rita e da Associação Bom Samaritano de Maringá, tendo falecido na noite da última quinta-feira, enlutando o povo de Maringá.

Era irmã do Dr. Hiran Mora Castilho, outro dos fundadores do Hospital Santa Rita. Era viúva de Francisco Melo e não deixou filhos.

À família enlutada os sinceros pêsames desta Casa.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

**REQUERIMENTO Nº 1311**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor e congratulações ao jornal Impacto pelos seus 15 anos de veiculação e circulação no estado do Paraná.

Destacando-se pela linha editorial independente, bem humorada e direta, a publicação que fez aniversário no último dia 19 de maio, completou seus 15 anos de vida mostrando-se cada vez mais atual e verdadeira.

Aos funcionários, colaboradores, editores e ao jornalista responsável, Sr. Luiz Fernando Fedeger, os cumprimentos desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) VALDIR ROSSONI

**REQUERIMENTO Nº 1274**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Beto Richa - Prefeito Municipal de Curitiba, encaminhando ofício da Associação dos Moradores Todos Unidos pela Paz, que solicita uma área de lazer para a comunidade da vila Leonice - bairro Cachoeira, nesta capital.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Sr. Reinaldo Domingues da Silva - Presidente da Associação.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

**REQUERIMENTO Nº 1275**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Maurício Requião - Secretário de Estado da Educação, encaminhando ofício da Associação dos Moradores Todos Unidos pela Paz, que solicita com a máxima urgência a construção do muro de arrimo lateral e nos fundos do Colégio Estadual Getúlio Vargas - vila Leonice, nesta capital, bem como a construção da cobertura da quadra de esportes.

Requer ainda, seja dada ciência ao Sr. Reinaldo Domingues da Silva - Presidente da Associação.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

**REQUERIMENTO Nº 1276**

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário Rogério Wallbach Tizzot, solicitando que determine ao DER, estudos para viabilizar a construção de trecho de rodovia pela Secretaria de Estado dos Transportes, com extensão de 12 quilômetros,

ligando a sede do município de Maripá até a rodovia PR-364 (Palotina - Assis Chateaubriand).

Trata-se de uma reivindicação da população do município, representada pelos nove Vereadores da Câmara Municipal de Maripá, em conformidade com requerimento aprovado e a nós enviado.

Conhecendo o trecho em questão, construído há anos dentro do Programa Caminhos do Saber, que além do leito estreito tem em sua estrutura fina camada de compactação com pouca resistência e em razão do aumento do tráfego de caminhões carregados com produtos agrícolas, hoje se encontra em péssimo estado de conservação, oferecendo sérios riscos de acidentes aos usuários.

Uma obra muito necessária e que trará benefícios e economia aos usuários e para toda região de grande produção agropecuária e industrial, composta pelos municípios de Maripá, Nova Santa Rosa, Palotina, Toledo, Assis Chateaubriand e Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) DUÍLIO GENARI

**REQUERIMENTO Nº 1277**

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente a Sr. Secretário Rogério Wallbach Tizzot, solicitando que determine ao DER, estudos para a construção de trevo rodovia PR-182, para acesso à sede do distrito de Vila Candeias, município de Maripá.

É uma obra que oferecerá mais segurança aos usuários, pois trata-se de uma rodovia com enorme tráfego de veículos pesados (caminhões e carretas) que transportam as riquezas produzidas no distrito e nos municípios da região, incluídos os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso e o vizinho país Paraguai, além de em Vila Candeias se encontrar uma unidade da empresa agrícola C-Vale, que concentra o armazenamento das milhares de toneladas de grãos na região produzidas, e o escoamento destas para exportação, via Paranaguá.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) DUÍLIO GENARI

**REQUERIMENTO Nº 1310**

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Ministro da Saúde Dr. José Gomes Temporão, solicitando em caráter de urgência a aquisição de equipamento para realização de ressonância magnética para o Hospital de Clínicas da UFPR (HC), em Curitiba, em razão de que há mais de dois meses o hospital não dispõe da realização do exame devido a trâmites burocráticos, e está impossibilitado de realizar importantes procedimentos, inclusive o diagnóstico de pacientes que sofrem com leucemia.

Salientamos que em contato com o Diretor-Presidente do Hospital de Clínicas, Dr. Giovani Lodo, fomos informados que a situação se deve ao baixo valor repassado pelo Sistema Único de Saúde - SUS às empresas do setor, que não têm interesse em participar dos processos licitatórios.

Justificamos que a falta deste equipamento e a morosidade no processo burocrático está prejudicando o diagnóstico precoce não só da leucemia, mais de dezenas de outras doenças em mais de 500 pacientes/mês que necessitam desse procedimento.

Do aprovado requerem ainda, seja enviado cópia do presente requerimento ao Diretor-Presidente do Hospital de Clínicas da UFPR, Dr. Giovani Lodo.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

Jocelito Canto, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Luciana Rafagnin, Miltinho Pupio, Elton Welter, Luiz Claudio Romanelli, Marcelo Rangel, Reni Pereira, Teruo Kato, Elio Rusch e Rosane Ferreira.

#### REQUERIMENTO Nº 1312

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos usuários do ônibus de Pinhais, que pedem policiamento ostensivo nas proximidades do Hospital e Maternidade de Pinhais, no cruzamento da rua Camilo de Lellis com Ayrton Senna - centro, devido existir dois motoqueiros que ficam nesse cruzamento assaltando os motoristas quando os mesmos param no semáforo. No mês passado, às 11h da manhã, ocorreu um desses assaltos dentro de um ônibus. Não há segurança alguma e os assaltantes agem livremente causando pavor nas pessoas e nos motoristas.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

### *Projeto de Resolução*

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º O inciso XVII do artigo 30 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 30. As Comissões Permanentes são:

(...)

XVII - Comissão de Relações Internacionais;”

Art. 2º O parágrafo 17 do artigo 33 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa passa a vigorar com a

seguinte redação:

“Art. 33. Cabe às Comissões Permanentes, observada a competência específica:

(...)

§ 17. À Comissão de Relações Internacionais compete manifestar-se sobre proposições que se refiram a assuntos internacionais em geral;”

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de resolução com o objetivo único de corrigir a denominação da Comissão do MERCOSUL e Assuntos Internacionais, pois a expressão MERCOSUL já remete a assuntos internacionais, ocasionando uma redundância redacional.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 219/08

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Os prazos para concessão de licenças ambientais pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná ficam estabelecidos pela presente lei e serão de:

I - 30 dias contados da primeira inspeção feita pelo IAP no caso de licença prévia;

II - 45 dias contados da primeira inspeção feita pelo IAP no caso de licença de operação;

III - 45 dias contados da primeira inspeção feita pelo IAP no caso de licença de instalação.

Parágrafo Único. A primeira instalação do IAP será realizada em até 15 dias contados da data de protocolo do pedido para a concessão da licença.

Art. 2º O IAP publicará a decisão referente à concessão da licença ambiental solicitada observados os prazos previstos no artigo anterior.

Art. 3º Sendo negada a concessão da licença ambiental solicitada, o IAP deverá, no momento da decisão:

I - informar todas as razões que motivaram a denegação do pedido de licença;

II - listar todas as eventuais readequações ou quaisquer outras medidas que deverão ser implementadas pela solicitante para a concessão da licença.

Art. 4º Denegada a concessão da licença o solicitante deverá implementar todas as readequações ou realizar quaisquer outras medidas apontadas pelo IAP no momento da decisão antes de requerer uma segunda

inspeção técnica.

Parágrafo Único. As readequações e medidas acima referidas para a concessão da licença ambiental deverão ser todas apontadas pelo IAP em um único momento, juntamente com a decisão denegando a licença, não sendo possível ao IAP fazê-lo após a segunda inspeção.

Art. 5º Após a segunda inspeção o IAP publicará a decisão referente à concessão da licença ambiental solicitada, observados os prazos previstos no artigo primeiro.

Art. 6º Não havendo cumprimento dos prazos estabelecidos na presente lei, por parte do IAP, a licença passa a vigorar automaticamente para que o solicitante possa dar andamento ao seu projeto.

Art. 7º Esta lei passa a vigorar na data de sua publicação e revoga todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

O IAP - Instituto Ambiental do Paraná é entidade autárquica instituída por meio da Lei Estadual 10066/92. Uma das atribuições da entidade é outorgar licenças ambientais a empreendimentos após prévia inspeção. Ocorre que nos últimos anos a entidade tem se mostrado ineficaz no desempenho dessa função e muitos empreendimentos acabam tendo que aguardar vários meses para a concessão de licenças ambientais, o que prejudica o desenvolvimento econômico e social do estado e conseqüentemente a criação de novos empregos. Igualmente a falta de regulamentação dos prazos e procedimentos para a concessão de licenças ambientais traz insegurança e prejuízos a empreendedores de todo o estado e dessa forma acabam contribuindo para aumentar o Custo Brasil.

A demora, que muitas vezes dura anos, não pode significar o impedimento de licenças a projetos de caráter sustentável, pois o pedido prévio ao IAP demonstra, por lógica, que o solicitante está disposto a atender todos os requisitos exigidos pelo órgão ambiental, fugindo da clandestinidade ou informalidade.

Nesse sentido, o presente projeto de lei tem como principal objetivo a regulamentação de prazos e procedimentos a serem observados por essa entidade tão importante para o desenvolvimento do nosso estado e, com isso, aumentar o seu grau de eficiência e confiabilidade entre a comunidade, dando segurança ao solicitante de que o seu pedido terá a atenção que merece.

PROJETO DE LEI Nº 220/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual

a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Santa Cecília do Pavão, com sede no município de Santa Cecília do Pavão e foro na comarca de São Jerônimo da Serra.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 18/03/92, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Santa Cecília do Pavão é entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo defender os direitos e promover a inserção dos portadores de necessidades especiais na sociedade.

Para que a APAE possa se fortalecer e alcançar os objetivos estabelecidos em seu estatuto é necessário também, que esta Assembléia Legislativa institua a ela a utilidade pública estadual.

Assim, pedimos o apoio e o voto favorável de todos os Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 221/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterada a redação do artigo 3º da Lei nº 15665/08 que autorizou o Poder Executivo a fazer a cessão de uso de imóvel ao município de Nova Esperança, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º A presente cessão de uso vigorará até 31/12/30, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

A alteração ora proposta se faz necessária em virtude do impedimento legal encontrado pela Prefeitura de Nova Esperança em levantar a verba colocada à sua disposição pelo Governo Federal. Esse repasse se destina à construção de um barracão a ser usado pela Secretaria Municipal de Turismo e Secretaria Municipal de Agricultura, para promover os produtos pela comunidade rural.

A Introdução Normativa nº 01, de 15/01/97 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN impõe como condição *sine qua non* para a celebração de convênios de natureza financeira cessão de uso de imóvel de no mínimo 20 anos.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero aos Pares o voto favorável para que a correção necessária seja aprovada.



PROJETO DE LEI Nº 222/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o Instituto Vagner Nunes, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Vagner Nunes, instituição já declarada de utilidade pública do município de Londrina, anteriormente denominada como Associação Londrinense de Voleibol, vem promovendo ações sociais e educacionais no município de Londrina.

Só no último ano desenvolveu treinamentos para mais de 250 crianças mensalmente em suas escolinhas de base. Promoveu torneios de voleibol que reuniram mais de 500 crianças e adolescentes em um, mais de 800 em outro. Organizou a fase regional do Tornescolon com outras 800 crianças. Enfim, desenvolve e promove o voleibol em Londrina e região garantindo o acesso de crianças e jovens à prática deste desporto.

Desta forma o Instituto Vagner Nunes é uma associação importante e de grande atuação na sua área, sendo mais do que justo e necessário o devido conhecimento como uma instituição de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 223/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o Núcleo Londrinense de Redução de Danos, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

O Núcleo Londrinense de Redução de Danos tem como missão a promoção e a defesa dos direitos humanos e acesso à saúde, voltado para as pessoas que usam substâncias que alteram o estado de consciência. Fundado em 2001 o Núcleo promoveu e promove, incessantemente, ações para a proteção e amparo à saúde de jovens e adultos.

Trabalha em parceria com o Programa Nacional de DST/HIV/AIDS do Ministério da Saúde, com o Programa Nacional de Prevenção de Hepatites Virais, com o Programa Estadual e Municipal de Londrina de DST/HIV/AIDS, além de ser parceiro da Rede Paranaense de

Redução de Danos (REPARE). Faz campanhas de distribuição de preservativos, kit de redução de danos, promove oficinas de conscientização e educação, participa dos movimentos de saúde, além de realização de fóruns, simpósios para o debate sobre os temas propostos pela associação.

Desta forma o Núcleo Londrinense de Redução de Danos é uma associação importante e de grande atuação na sua área sendo mais do que justo e necessário o devido conhecimento como uma instituição de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 224/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a Associação Mãos Estendidas - AME, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Mãos Estendidas - AME, de Londrina, já declarada de utilidade pública pelo município de Londrina, vem desenvolvendo relevantes ações sociais no município de Londrina. A associação tem como missão promover ações contínuas e integradas para o auto-desenvolvimento - cultura, cidadania, educação - de crianças e jovens em situação de risco.

Promoveu inúmeras ações de cunho social no último ano, como as oficinas de teatro (dramatização), atividades de educação para a promoção da história do Brasil, oficinas culturais sobre temas específicos como a Páscoa Pelo Mundo, Descobrimento do Brasil.

Desta forma a Associação Mãos Estendidas - AME de Londrina é uma associação importante e de grande atuação na sua área sendo mais do que justo e necessário o devido conhecimento como uma instituição de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 225/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual o Instituto Matheus Emmanuel de Londrina, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

**JUSTIFICATIVA:**

O Instituto Matheus Emmanuel de Londrina, é mantenedor do Centro de Educação Infantil Iracema Helene Campregher e já foi declarado de utilidade pública pelo município de Londrina.

Promoveu inúmeras ações de cunho social no último ano, como a promoção da Páscoa a pessoas carentes, do Dia das Crianças e o Natal para pessoas carentes, entre outros eventos.

Desta forma o Instituto Matheus Emmanuel de Londrina é uma associação importante e de grande atuação na sua área sendo mais do que justo e necessário o devido conhecimento como uma instituição de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 226/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública estadual a Associação Paranaense de Produtores de Cebola - APACE, com sede e foro no município de Campo Largo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

**JUSTIFICATIVA:**

A APACE, Associação Paranaense de Produtores de Cebola, com sede em Campo Largo, fundada no ano de 2003, vem desenvolvendo relevante trabalho na organização e na divulgação dos produtos de seus associados.

Conseguiu no último ano, adquirir máquinas de beneficiamento de cebola, organizou excursões e palestras para aprimoramento técnico e tecnológico no cultivo da cebola para seus associados, conseguiu melhores preços para a aquisição de sementes para os produtores, além de convênios e parcerias com órgãos de extensão e pesquisa no campo para melhorias na plantação da cebola.

Enfim é uma associação importante e de grande atuação na sua área sendo mais do que justo e necessário o devido conhecimento como uma instituição de utilidade pública estadual.

PROJETO DE LEI Nº 227/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica inserido o parágrafo 3º no artigo 1º da Lei Estadual nº 11182 datada de 23/10/95, que passa a vigorar com o seguinte teor, mantendo-se os demais artigos inalterados:

“Art. 1º...

§ 1º...

§ 2º...

§ 3º O mesmo benefício instituído nesta lei será estendido aos estudantes com necessidades especiais, devidamente matriculados em escolas especializadas assim reconhecidas legalmente.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26/05/08.

(a) NEY LEPREVOST

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei visa corrigir uma injustiça aos estudantes portadores de necessidades educativas especiais, que até então estavam alijados do benefício concedido pela Lei 11182/95, conhecida como a Lei do Meio-Ingresso.

Portanto, após a aprovação do presente projeto de lei, os alunos das escolas especiais do Paraná terão direito ao meio ingresso em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares.

***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Tadeu Veneri.

***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje tivemos a informação que o Consórcio Cruzeiro do Sul, responsável por construir a Usina de Mauá, teve suspensa a sua licença de instalação. Há alguns dias atrás estive aqui na tribuna e comentei o despacho dado pelo IAP para que pudesse ser feita a fase inicial da usina, ou seja, a instalação dos canteiros, e surpreendentemente o parecer do IAP, o despacho do IAP é totalmente contrário na sua argumentação, mas ao término o Sr. Vitor Hugo Burko concedia a condição para que a usina fosse instalada. Havia uma ação para que essa usina fosse construída e o Juiz que concedeu pela construção da usina, o Juiz Marcelo Denardi, da 4ª Região do Tribunal Regional Federal, teve também a sua decisão revogada, porque houve o entendimento do Desembargador Edgard Lipmann, também da 4ª Região Federal.

O pedido, feito pela Procuradoria Regional da República, em Porto Alegre, que a decisão é uma decisão absolutamente sem fundamento, inconsistente, porque não leva em conta a necessidade de se ter um estudo integrado da bacia, não leva em conta os ribeirinhos que serão desalojados, não há plano de manejo sustentável para a questão ambiental. E principalmente não há um estudo que é o que havia sido pedido no início, de toda a

bacia, um estudo integrado de toda a bacia, que é o que prevê a legislação federal.

Nesse sentido foi feita uma solicitação pelo Tribunal Regional Federal à Procuradoria Regional da República, foi revogada essa licença dada pelo IAP, através do Sr. Vitor Burko e agora o que sabemos que vai acontecer é que teremos novamente todo o processo de debate. É importante, porque há algum tempo atrás eu já havia dito, Deputada Rosane, a senhora participou também daquela Frente que temos aqui, a Frente de Acompanhamento do Potencial Energético do Estado do Paraná, já havíamos dito que estas decisões feitas, sem levar em conta uma série de ações, inclusive de ações necessárias ao meio ambiente, fatalmente seriam barradas.

Me parece que, infelizmente, as pessoas responsáveis pela construção da usina e que estiveram aqui conversando conosco, as pessoas do estado do Paraná responsáveis por dar a licença ambiental, não levaram em conta que o Tribunal Regional Federal poderia se manifestar no sentido de cassar aquela licença provisória que havia sido feita.

Então, agora teremos, novamente, todo estudo, teremos que debater, outra vez, as minas de carvão, são 9 mil alqueires de área que serão cobertos por água. Me parece que há uma divergência hoje entre o preço pago, inclusive para a Klabin, oferecido pelo consórcio e o preço que efetivamente a Klabin pede. Então tudo isso fez com que durante estes dois meses que havia sido concedida a licença, nestes dois meses a empresa que vai construir, que é a J. Malucelli, fez muito pouco na região. E agora, novamente, sabemos que não fará absolutamente nada, porque não tem condições de tocar para frente um empreendimento que já havíamos dito aqui que fatalmente teria questionamentos na Justiça.

É importante que atentemos para essas situações, porque há uma preocupação obviamente com a geração de energia. Mas, é uma preocupação também que essa energia gerada tenha uma redução de danos daquilo que temos hoje, das usinas que temos instaladas hoje, para as usinas futuras. Não é possível que continuemos perdendo área, e sabemos que a usina aqui no rio Tibagi entre Ortigueira, os municípios e Telêmaco Borba era apenas uma das cinco usinas previstas para a construção. São cinco usinas que estavam previstas para serem construídas naquela região. Se levássemos em conta essas cinco usinas sem levar em conta o estudo ambiental de toda a bacia, o que teríamos dentro de pouquíssimo prazo? Seria a morte de todo o rio Tibagi. Acho que é acertado, Deputado Cheida, que também está nesse debate, nessa luta e que fez muito para que pudéssemos chegar até aqui.

Fizemos Audiências Públicas em Curitiba, em Londrina. Há uma preocupação grande da Universidade Estadual de Londrina, inclusive, com a biodiversidade. Aquela área é uma área de preservação permanente, não poderia portanto ser utilizada na sua parte ou no seu todo, para a construção de usinas. Já demos ao estado

do Paraná uma grande contribuição para o Brasil, em termos de geração de energia elétrica, de perda de terra paranaense.

O que tivemos agora na discussão que está sendo feita sobre a reforma tributária novamente um prejuízo para o Paraná porque não prevê a tributação na origem e, apenas na fonte.

Ou seja, nós produzimos a energia, mas a tributação o estado que acaba sendo beneficiado é o estado para onde é despachada a energia.

Cumprimento o Tribunal Regional Federal, o Desembargador Edgar Lipmann, pela sua sentença, acho que é o caminho correto e o Paraná pode gerar energia sem ter que perder terra.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, o Deputado Elio Lino Rusch.

### ***Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Deputada Luciana Rafagnin, na semana retrasada o Brasil inteiro tem sido colhido por surpresas. Surpresas porque o Governo Central, ou seja, o Presidente da República anuncia a criação da nova CPMF. O Governo Central tem a coragem de dizer para a sociedade brasileira que ele não quer a CPMF. Ele só vai criar a CPMF se o Congresso Nacional, Deputado Edson Praczyk, assim instituí-la. Ora, isso é a mesma coisa do que perguntar para a sociedade: você acredita em Papai Noel? Você acredita na cegonha?

Como é que o Congresso Nacional por si só vai instituir uma nova CPMF, sem a concordância, sem o pedido do Governo Central?

Vamos apresentar alguns números para a sociedade do Paraná hoje. Uns já os conhecem, porque alguns já foram divulgados pela imprensa ou mesmo pela própria internet.

No ano passado se discutia a CPMF no Brasil, o nosso Partido Democratas, o antigo PFL, instituiu o “Xô CPMF”. Procurou mostrar para a sociedade do Brasil que o Governo Central poderia administrar sem a necessidade da CPMF, porque houve o ano passado um superávit de R\$ 60 bilhões, em relação a sua previsão original em 2006, que era para o exercício de 2007.

Ora, se retirarmos a CPMF do ano passado o Governo Central, o Governo brasileiro, o Presidente da República, ainda tem um superávit quase de R\$ 40 bilhões. Agora, fala-se em criar uma nova CPMF.

Vamos apresentar alguns números para que fique registrado aqui na Assembléia, para a imprensa do estado do Paraná e também para os paranaenses que nos assistem nesse momento.

Em 2007 tínhamos um superávit acima de R\$ 60 bilhões. O que aconteceu em 2008? No 1º quadrimestre, de janeiro a abril deste ano, tivemos uma arrecadação de R\$ 221 bilhões, 495 milhões. Um acréscimo em relação ao mesmo período de 2007 de R\$ 24 bilhões, 907 milhões. E aí temos que considerar que no ano passado tivemos a CPMF. Este ano não temos a CPMF. E mesmo assim tivemos um acréscimo de 12% acima do mesmo período de 2007. E vem o Governo dizer que precisa, ou ele não quer a CPMF, ele apenas vai instituí-la se o Congresso assim o desejar.

Por essa razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acreditamos que o Congresso Nacional não queira enganar mais uma vez a nossa população. Que o Governo Central, o Presidente da República, não queira transferir para o Congresso Nacional, para os Parlamentares, a responsabilidade de criar a CPMF. Se criar a CPMF, o desgaste é para quem? Para o Presidente. Porque o Presidente da República conseguiu criar uma blindagem da sua imagem. Nada o atinge.

Até falam que não precisa criar a CPMF através de uma PEC, mas sim por uma lei complementar. O que quer dizer isso? Está se brincando mais uma vez com o público consumidor do nosso país. Há excesso de arrecadação. Há dinheiro no Governo Federal, que quer arrecadar mais, para gastar mais.

Apenas quero deixar registrado que o Governo só não resolve a questão da saúde porque não quer. Dinheiro existe em abundância, crescimento da receita existe e muito. Estão aí os números que comprovam isso. Mas de repente, pelos milhares e milhares de cargos que se cria no Governo Central, há necessidade de buscar outra fonte de receita para acomodar os seus apadrinhados.

CPMF nunca mais! O Governo tem dinheiro que chega, não precisa! Ou será que vai se repetir novamente uma frase dita pelo Ministro Recupero, que disse o seguinte: “O que é bom, como a promessa do PAC, a gente fatura; o que é ruim, a gente manda para o Legislativo, deixa o desgaste para eles”.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orador inscrito, Deputado Pastor Edson Praczyk.

**Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB)**

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para trazer à tona, mais uma vez, uma denúncia feita por este Parlamentar já há algum tempo, com respeito a uma aquisição das terras do espólio dos Khury, na região metropolitana de Curitiba, mais especificamente Almirante Tamandaré.

Porque trago à baila este assunto, mais uma vez, depois de tantos meses sem remover esta questão? Estive este final de semana em visita a um parque estadual, o Parque de Vila Velha, que passou por uma pseudo-reforma. Reforma esta que viabilizou as visitas ao parque, que ficou por alguns meses em processo de manutenção e reforma. Confesso ter voltado desta visita, porque estava com parentes em casa que tinham curiosidade de conhecer a região dos arenitos, furnas, etc, e tal. E todos voltamos desapontados. Por quê? Porque uma das atrações do complexo era justamente furnas. E abrimos mão da visita desse lugar pitoresco, tendo em vista que o elevador panorâmico está quebrado.

Quando questionei alguns - não apenas um, mas vários funcionários, todos eles me responderam a mesma coisa: há anos este equipamentos está quebrado, e não é consertado porque custa muito.

Vi que depois da reforma, o Parque de Vila Velha, Deputado Jocelito Canto, que é um exímio conhecedor da região e até porque é um dos Parlamentares de maior representatividade na região dos campos gerais, não vi nada de esplêndido, muito bem próximo do que vi antes desta pseudo-reforma oferecida pelo Governo. O parque continua literalmente largado. Houve algumas mudanças, mas nada que impressionasse. Bem distante do que o Parque de Vila Velha merece: mais investimentos, mais atenção. Quando houve esta negociação com esta área em Almirante Tamandaré, questionei o Governo por investir tanto em uma área para a construção de um suposto parque, uma vez que muitos parques já existentes, muitos parques estaduais precisavam da devida atenção, do devido investimento, de melhorias, até para melhor receber os turistas de outros estados e até de outros lugares, outras partes do mundo. E fui criticado por insistir nesta tecla.

Então, trago este assunto que vem a confirmar minha indignação inicial. Ora! Se havia este valor, este montante em caixa, por que não se investiu no Parque de Vila Velha, em outros parques estaduais, para melhor representarmos quando das visitas turísticas de pessoas da nossa pátria e de outras pátrias, ao invés de se gastar tanto no parque?

Ora! Se havia este dinheiro em caixa, se o Governo tinha esse dinheiro sobrando, e isto até que é irônico, porque para determinadas coisas o Governo não tem dinheiro e para outras tem.

Então, parece-me uma balança de dois pesos e duas medidas. Já que havia esse montante para a aquisição desse parque que, diga-se de passagem, nunca saiu do papel, e olha que eu tenho o capricho de passar propositalmente na região para ver o que foi investido no parque, se fez um belo portal e nada mais do que isso nesse parque que, volto a repetir, nunca saiu do papel e até acredito que jamais sairá do papel. Então, por que não se investiu nos parques ou nas estruturas deficientes que já existem nesses parques estaduais

que temos como atrativos para a fomentação do turismo no nosso estado?

### ***Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV***

E como se não bastasse a minha indignação pelo descaso do Parque de Vila Velha e o complexo de furnas, na ocasião em que nós, com grandes dificuldades e depois de inúmeras vezes termos reclamado, termos criticado veemente a demora nas respostas de vários pedidos de informação que este Parlamentar fez, quando nos chegou a última resposta do pedido de informação, que inclusive foi entregue por V. Exa., Deputado Anibelli, a conclusão das respostas do questionamento que este Parlamentar fez, e até me recorde da data em que V. Exa. entregou em mãos e protocolamos aquela resposta, quando finalmente veio a prestação e aquela foi a conclusão.

Caprichosamente este Parlamentar se debruçou naquele material e levei 23 dias lendo, de capa à capa, aqueles documentos. Confesso que, inicialmente, muitas coisas ali contidas fugiam do meu domínio, até porque eram linguagens absolutamente técnicas na área de topografia e reflorestamento. Eram assuntos muito avessos ao nosso conhecimento.

Então, o que este Parlamentar fez? Comecei, com o auxílio de técnicos da área, a estudar - depois de ter lido os documentos - pedaço por pedaço. Fiz-me valer do conhecimento de engenheiros florestais, técnicos em reflorestamento, imobiliárias, e para meu maior espanto, ou para minha maior surpresa, aquilo que apenas eram dúvidas, passaram a se solidificar, passaram a ter mais consistência, a desconfiança inicial passou a ter forma, corpo. Como demorou tanto a resposta do pedido de informações que este Parlamentar fez, finalmente todos os técnicos consultados disseram a mesma coisa: que todo aquele dossiê, ou boa parte dele, não dizia respeito à área que este Parlamentar investigava, porque a área é muito grande. Parte da área está à direita da rodovia e outra parte à esquerda da rodovia.

O primeiro engenheiro deixou bem claro e pediu, pelo amor de Deus, que eu não dissesse o nome dele, até para não comprometê-lo, dizendo: "Em briga de cachorro grande, de preferência, não nos envolvemos". E ele me assegurou que toda aquela documentação nada tinha a ver, Deputado Waldyr Pugliesi, com o questionamento que eu fazia. Como era um volume muito grande, penso eu, ou por equívoco muito grande, um despropósito, as informações não me foram dadas. Até acredito, e fui questionado um dia desses por um dos jornalistas que me perguntou a razão pela qual eu nunca mais toquei no assunto, é porque eu estava estudando o material. Outros acharam que todas aquelas informações foram por mim tidas como suficientes, portanto eu não teria mais motivos para questionar. Bem diferente disso.

Um grande ponto de interrogação passou a ocupar a minha mente. Por que razão, Deputado Dr. Batista, demorou-se tanto em fornecer as informações sobre a aquisição desse parque em Almirante Tamandaré, parque que volto a repetir, jamais saiu do papel, pelos módicos R\$ 8 milhões? E quando essas informações chegaram, Deputado Elio Lino Rusch, chegaram completamente truncadas, e finalmente, com documentos que nem dizem respeito à área que este Parlamentar questiona.

Então, Sr. Presidente, estou concluindo um parecer, junto com todos os documentos que eu consegui arrolar na minha pesquisa, no meu estudo, estou encaminhando para o Ministério Público. Porque penso que este Parlamentar chegou ao seu limite, e que a falcatura obviamente há, e o órgão que tem a competência para investigar tal fato que o faça, a partir de então. Mas que este Parlamentar não seja apontado como negligente enquanto detentor do mandato de Deputado, já que uma das nossas funções, isso é repetido em verso e prosa desta tribuna, ou da outra, das funções de Deputado, além de legislar, é fiscalizar o Governo, e é o que fizemos.

Portanto, até o final desta semana estaremos protocolando junto ao Ministério Público que investigue, nas entrelinhas, o que de fato e de verdade aconteceu nesta negociação entre Governo e aquisição do espólio dos Khury.

Muito obrigado, Sr. Presidente; muito obrigado Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Antonio Anibelli**)

Próximo orados inscrito, Deputado Reni Pereira.

### ***Deputado Reni Pereira (PSB)***

SR. RENI PEREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa aqui presente.

Utilizo esse Pequeno Expediente para fazer dois comunicados. O primeiro que na próxima quinta-feira estaremos entregando o relatório do acompanhamento da reforma tributária em relação a reforma anterior e a essa nova ao Presidente da Comissão Especial da Emenda Constitucional da Reforma Tributária, na cidade de Fortaleza. Motivo pelo qual desde o dia de amanhã estaremos ausentes desta Casa. E dizer, Deputado Waldyr Pugliesi, essa reforma ela está prestes a ser aprovada, efetivamente ela reúne condições políticas mais propícias do que a reforma anterior que acabou sendo sepultada. E essa reforma sendo aprovada da maneira com que foi encaminhada, na verdade, ela rompe de uma vez por todas com o pacto federativo, porque retirará das Assembleias a competência de legislar sobre tributos estaduais. E, se os estados, membros de uma legislação, não podem legislar sobre seus tributos, logicamente estarão diminuindo a sua autonomia federativa. O que é vedado, expressamente, pela Constituição, qualquer emenda tendente a diminuir o pacto federativo.

Nesse sentido já defendemos uma tese, em nome desta Casa, e agora em nome de toda as Assembléias Legislativas, de que é preciso preservar, pelo menos em parte, a autonomia legislativa das Assembléias Legislativas, para que não enterramos o pacto federativo.

Nenhum Assembléia Legislativa é contra a reforma tributária, principalmente, a extinção da guerra fiscal. Mas não podemos retirar a competência legislativa das Assembléias Legislativas. E o pior, a emenda prevê que as alterações dos impostos estaduais serão feitas pelos Secretários da Fazenda. Quer dizer, órgão do Executivo passará a ter competência legislativa, e as Assembléias Legislativas vão perder totalmente essa competência.

Desde que fomos indicados para coordenar esses trabalhos por todas as Assembléias, fizemos um trabalho de convencimento e há expectativa, não só do Presidente, como do Relator e sub-Relator que estarão nessa conferência na UNALE, que acatem essa alteração proposta pela UNALE. Tudo de resto pode ser tratado, mas não perdermos essa competência. Esta semana apresentaremos um relatório, na forma de emenda, ao Presidente da emenda constitucional, que é o Deputado Antonio Palocci e aos Relatores que estarão presentes. E, a partir de então, cada Assembléia Legislativa fará o trabalho de convencimento na sua Bancada Federal, no sentido não de preservar a nós mandatários atuais, mas aos Poderes Legislativos.

Sr. Presidente, um último comunicado, vou tentar não colocar os nomes, até porque não confirmei a informação. Fui comunicado há poucos minutos, por um Vereador do PSDB de Foz do Iguaçu, que estaria se dirigindo à Polícia Federal, com provas de que uma autoridade local teria contratado serviços de Arapongas para grampear o celular desse Vereador e o meu.

Desde já quero dizer que não entrarei na discussão do grampo de forma particular. Tenho uma convicção de que tudo que é particular na minha vida tem que ser público. Não quero preservar aqui as conversas que tive no meu telefone de cunho particular, mas quero preservar todas aquelas conversas como membro desta Casa, como representante da CCJ, como membro da Comissão de Fiscalização, embora sejam de interesse da Assembléia Legislativa, mas são assuntos reservados. E não podemos, num estado democrático de direito, permitir que qualquer pessoa grampeie telefone de uma autoridade.

Quero pedir, tão logo se confirme o recebimento da denúncia, que esta Casa designe a Procuradoria da Casa para acompanhar o trabalho da Polícia Federal.

Muito obrigado!

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Sr. Presidente, o Deputado Reni Pereira faz um comunicado público à Casa muito grave de um possível grampo telefônico, fruto de uma escuta telefônica, para poder interferir de alguma forma no processo eleitoral do município de Foz do Iguaçu.

Entendo que quando há um membro desta Casa envolvido, do ponto de vista da possibilidade de ter sido grampeado de forma ilegal seu telefone, a Casa tem que tomar as medidas necessárias. Então, espero que V. Exa. possa determinar o necessário acompanhamento em função da denúncia.

É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Antonio Anibelli)**

Esta presidência tomará as providências solicitando à Polícia Federal que faça as devidas investigações.

Próximo orador inscrito, Deputado Artagão Júnior. V. Exa. dispõe de cinco minutos.

**Deputado Artagão Júnior (PMDB)**

**O SR. ARTAGÃO JÚNIOR**

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Mais uma vez, é uma alegria subir a esta tribuna, conversar com o povo do Paraná e, nesta oportunidade, o que me traz aqui é um assunto alegre, uma conquista da nossa região de Guarapuava, no entanto, com um pesar. Deputado Anibelli é um Deputado de sete mandatos aqui, somando o tempo de Deputado Federal dá nove mandatos, e ele sabe a importância que tem a palavra de um representante público, de um representante político, de um Deputado do estado.

Semana passada, tivemos a alegria de receber a presença do Governador Roberto Requião na nossa região de Guarapuava, onde inauguramos duas clínicas da mulher, uma no município de Cândói e outra no município de Foz do Jordão. Sobre essas clínicas já tivemos oportunidade de falar. Um projeto magnífico, sem igual, que está transformando a característica do atendimento da saúde pública nos pequenos municípios. Não bastassem essas inaugurações, feitas pelo Governador na nossa região, tivemos também o anúncio de algumas outras obras que já tinham sido manifestadas através da sua assinatura, aqui, de autorização de licitação, como da recuperação do recapeamento asfáltico da estrada que liga o município de Guarapuava ao município de Pitanga.

Na última quarta-feira, conversava eu com o Deputado Fernando Carli Filho e este ficou sabendo por mim sobre essas obras e sobre a confirmação que o Governador do Estado me tinha feito da continuação da construção da nova estrada, do novo asfalto ligando o município de Inácio Martins a Guarapuava. O primeiro trecho, de 14 quilômetros, Deputado Waldyr Pugliesi, V. Exa. que foi Secretário dos Transportes e foi responsável, também, por aquela conquista na primeira etapa, já está na fase final de construção. A confirmação do Governador foi dada no sentido de que essa obra sairia. Qual não foi a minha surpresa, Deputado Jocelito, ao receber nesta manhã, em meu gabinete, cópias de jornais de circulação na nossa cidade, de sites de divulgação da nossa cidade, em que o Deputado Fernando Carli tomava para si a propriedade e a divulgação de obras que jamais se manifes-

tou no sentido de conquistar. Circulação essa feita a pedido do nobre Deputado. Infelizmente, ele aqui não está, porque eu queria que ele justificasse essas palavras que nos jornais colocaram em sua boca. Não quero acreditar que o Deputado Fernando Carli tenha feito uma ação dessa natureza. Coisa de pilantra, mas ele eu não acredito que seja. Entendo que alguém tenha colocado em seu nome matérias dessa natureza, que alguém tenha divulgado em seu nome, matérias para circular em sites e jornais da região de Guarapuava. Mas ele - não quero e não posso acreditar - um Deputado novo, de 1º mandato, que tem uma vida pela frente para atender ao povo do Paraná, jamais se queimaria com uma falta de caráter como essa, de querer fazer festa com o chapéu alheio.

Recebi, hoje, Deputado Cheida, por minha solicitação, um manifesto da Secretaria dos Transportes, onde diz: “Com inestimável esforço de V. Exa., no sentido de realizar a pavimentação da rodovia entre Inácio Martins e Góes Artigas, informamos que o primeiro trecho de Inácio Martins a rio dos Papagaios, com extensão de 14 quilômetros, está com a obra em adiantado estado, prestes a ser concluída.” Quanto ao segundo trecho, infelizmente, o outro Deputado não tinha esse conhecimento: “De rio dos Papagaios a Góes Artigas, com extensão de 9,2 quilômetros, o projeto ficará pronto no próximo mês. E o processo licitatório para a sua contratação foi autorizado, pelo Sr. Governador, depois de viabilizados os recursos orçamentários.” Ou seja, ele ainda teve a infelicidade de confundir a confirmação da obra, com anúncio da Obra, Deputado Pugliesi.

Que tristeza! Que papelão! Em que mundo estamos vivendo? Que classe de político é essa? Se estiver faltando dinheiro para comprar chapéu, eu empresto. Agora, que não venham querer fazer festa com o chapéu alheio. Não vamos tomar para nós responsabilidades daquilo que não nos pertence. Que vergonha! É lamentável. Infelizmente tive que subir à tribuna para manifestar o meu repúdio, a minha lamentação e tristeza por essa postura, porque jamais esperaria que um Deputado com essa história de família, com tudo pela frente, “pisasse na bola.”

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Cheida.

**Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)**

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O barril de petróleo, na semana que passou, bateu à casa dos US\$ 140, em um aumento de praticamente 20%. Por muito menos do que isso, a nação mais beligerante e guerreira do mundo já foi à guerra, mandando os seus filhos. Aliás, não apenas mandando os seus filhos à guerra, mas aproveitando para vender caças, submarinos,

porta-aviões, armas e outras coisas. Um saldo de fim de balanço. Em época de patriotismo exacerbado, filhos e espingardas têm, mais ou menos, o mesmo valor, acabando todos sendo meramente insumos e recursos para se conquistar aquilo que se quer.

O que se quer com essas guerras, que já no fim do século passado e neste próprio século, está se fazendo? Quer-se energia, petróleo e mata-se pelo petróleo. Porque é sem dúvida nenhuma a energia mais utilizada no mundo. Para se ter uma idéia, o mundo consome, Deputado Jonas, 1.000 barris de petróleo, por segundo. Este é o consumo do nosso planeta. Não há dúvida nenhuma que o mundo mais armado toma isso de modo bastante hostil. Não vai na conversa, vai à guerra e assim obtém.

Na contramão desse tipo de situação, de rapinagem, algumas nações estão fazendo diferente. Participei, agora, neste final de semana - Deputado Federal Rodrigo Rocha Lourdes, que nos brinda com sua visita - participei em Foz do Iguaçu de um Fórum - Fórum Mundial por Energias Renováveis - promovido pela ONU e pelo Governo brasileiro, e mais de 50 nações ali estavam presentes, mas nações pobres, nações que tentam a duras penas combater o analfabetismo, erradicar a pobreza, a violência, enfim, resolver as suas assimetrias.

E, para espanto meu, Srs. Deputados, estas nações estão procurando a saída para a energia de dois modos diametralmente diferentes: primeiro, estão fazendo isso sem a velha rapinagem ou velho belicismo que nós conhecemos. Estão fazendo isso na base da solidariedade, estão se solidarizando para poderem ter acesso a uma energia.

E que tipo de energia? O petróleo? Não. A energia mais limpa, a energia renovável, a energia eólica, a energia dos biocombustíveis, a energia que é possível fazer com que ela seja gasta e reutilizada mais à frente.

Então, eu que lá estive representando esta Assembléia, tenho naturalmente obrigação de me reportar aos companheiros para dizer a todos que, aparentemente, nascem duas espetaculares iniciativas, neste momento. Primeiro, nações que buscam energia limpa, a energia renovável, Deputada Rosane Ferreira e, segundo, que o fazem de forma solidária, fraterna e não beligerante como temos visto por aí.

É, sem dúvida nenhuma, uma expectativa alvissareira para todos nós, até porque se formos fazer a contabilidade desta chamada energia mais suja, é preciso lembrar que a China que cresce de modo espetacular a 12% ao ano, está construindo uma termelétrica a carvão, por semana, e é, sem dúvida nenhuma, uma tecnologia que deveria estar proscrita já há muito tempo.

Portanto, é imperioso que a Assembléia Legislativa do Paraná continue indo em busca dessas novas discussões que existem no Brasil e no mundo e trazendo para cá.

Vi lá em Foz do Iguaçu, fruto de um trabalho extraordinário da Itaipu Binacional, mas em especial do seu Presidente Jorge Samek, uma demonstração de alternati-

vas de energia e renda para pequenos produtores que estão se viabilizando graças a bioenergia e lá, num campo demonstrativo chamado Plataforma Tecnológica, estão mostrando ao Paraná que é possível crescer de modo racional, tendo a questão energética não como um gargalo, mas como um impulso, uma plataforma, uma catapulta para melhorar a sua vida e fazer com que haja justiça social.

Está de parabéns a Itaipu Binacional, o Governo brasileiro, neste particular, e está de parabéns, naturalmente, toda aquela nação que busca de forma igualitária, de forma solidária, alternativas energéticas. Não tenho dúvida nenhuma de que o mundo só terá a ganhar.

Enquanto isso realmente estiver acontecendo teremos um alento de que o fim do fim do mundo, como disse Jorge Samek, estará decretado.

Muito obrigado.

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Muito obrigado a V. Exa.

No Grande Expediente, primeiro orador inscrito, Deputado Waldyr Pugliesi, por 15 minutos.

Antes, porém, quero registrar e agradecer aqui a ilustre visita do nobre Parlamentar, Deputado Rodrigo Rocha Loures, que nos brinda com a sua presença nesta tarde.

Obrigado pela presença e fique à vontade.

## ***Deputado Waldyr Pugliesi (PMDB)***

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Deputadas.

Venho à tribuna para falar alguma coisa em relação a um projeto de lei que estou apresentando, que já foi votado em 1ª discussão e votação aqui, na sua parte constitucional, denominando Colégio Estadual Antonio dos Três Reis de Oliveira, uma escola modelo que está sendo construída no município de Apucarana.

O Deputado Tadeu Veneri, na quarta-feira quando estive impossibilitado de estar aqui no plenário por compromissos outros atinentes à nossa atividade, já falou a respeito de Antonio dos Três Reis de Oliveira, cuja justificativa para apresentação do projeto já está nos Anais desta Casa.

Quero, Sr. Presidente, rememorar um pouco, lembro que ainda na década de 70, mais precisamente no ano de 1978, eu juntamente com minha mulher, a companheira política Ironi Pugliesi, nos dirigimos de Arapongas até Apucarana, onde o Bispo Diocesano de Apucarana estava realizando uma missa em memória de Antonio dos Três Reis de Oliveira. A distância entre Arapongas e Apucarana é pequena, mas lembro que logo ao sair de Arapongas e entrando na rodovia, vi um monumental engarrafamento de veículos. Perguntei: o que é que deve estar acontecendo? Na realidade, logo adiante,

Srs. Deputados, nos deparamos com pessoas do glorioso Exército Nacional e membros da Polícia Federal que praticamente tinham tomado a rodovia entre Arapongas e Apucarana. Quando chegou a minha vez para me apresentar, através dos meus documentos, lembro que perguntaram para onde eu estava me dirigindo. Falei: estou indo para a Catedral de Apucarana, onde se realiza uma missa que a família de Antonio dos Três Reis de Oliveira mandou realizar em sua memória." Naquele momento se teve a confirmação definitiva, vamos dizer assim, que Antonio dos Três Reis de Oliveira tinha sido assassinado pelos órgãos de repressão da ditadura militar brasileira.

Pois bem, isso foi lá na década de 70, mas agora na década de 90, Deputado Teruo Kato, mais uma vez fazia o trajeto de Arapongas a Apucarana, durante a campanha eleitoral, porque acompanhava o Requião para a cidade de Apucarana onde teríamos um encontro no Sindicato Patronal Rural com aqueles que trabalham nessa área e mais todos os nossos companheiros que faziam a campanha do companheiro Requião. Estávamos em quatro: o motorista, Roberto Requião, Padre Roque Zimmermann e eu. Como havia, Presidente Zucchi, um espaço na agenda, porque estávamos - o que é praticamente desconhecido e inusado - estávamos adiantados para a realização daquela reunião, propus àqueles que estavam no veículo que déssemos uma parada na Tribuna do Norte, que é um grande jornal aqui do Paraná. Falei: como temos tempo, vamos fazer uma visita ao Taquinho, na Tribuna do Norte. E aí eu me virei e perguntei para o Padre Roque: Padre Roque, você sabe quem foi Antonio dos Três Reis de Oliveira? Ele falou que não. O Requião também ficou quieto.

Pois aí contei a história desse estudante apucararense, que se rebelou, como V. Exa., Presidente Zucchi, também se rebelou, como eu. Nos rebelamos com o poder discricionário que foi implantado aqui, em 1964. O Antonio dos Três Reis que começou a sua vida, vamos dizer, com conhecimento das coisas que estão dentro da sociedade. Ele começou, por exemplo, nos protestos estudantis, como eu também. Inclusive com os pagamentos das taxas, que na época queriam fazer as matrículas das escolas públicas. Naquela época, vimos o início da privatização do ensino, que sempre pretendemos que fosse universal, público e gratuito.

Pois bem, esse menino, Antonio dos Três Reis de Oliveira, juntamente com o José Idésio Brianesi e mais 17 companheiros de Apucarana, se rebelaram. O Brianesi e o Antonio dos Três Reis foram para a clandestinidade, para a luta armada contra a ditadura.

Mas estava falando que estávamos nos dirigindo a Apucarana e paramos na redação do Jornal Tribuna do Norte, um dos principais jornais, volto a repetir, aqui do Paraná. O Requião, Governador Requião, que não tinha dito nada, ao adentrarmos às instalações do jornal e chegando à sala do Diretor, proprietário da Tribuna do Norte, Baltazar Eustáquio de Oliveira, mais conhecido como Taquinho, o Requião simplesmente disse o



seguinte: “Olha, vou ganhar as eleições para o Governo do Estado e a minha primeira obra aqui em Apucarana vai ser uma escola modelo, que levará o nome de Antonio dos Três Reis de Oliveira.”

Para quem é que estava o Requião falando isso? Para o irmão do Antonio dos Três Reis de Oliveira. Agora vejo que a escola está sendo praticamente finalizada.

Quero render uma homenagem aqui àqueles que fizeram da rebeldia, do inconformismo, da indignação, a atividade que tiveram na vida para se contrapor àqueles que rasgaram a Constituição deste país. Sem lei não há salvação.

Eu, como constituinte, senti tudo isso quando elaboramos a Constituição, a Carta Magna que está vigente aqui no país.

Então, o que aconteceu com esses jovens? Eles foram ao 30º Congresso de Estudantes, no estado de São Paulo, em Ibiúna. Lá todos foram presos e fichados. Daí para frente um inferno caiu sobre a cabeça de todos esses militantes que se colocavam contra o regime que tinha sido implantado aqui, através de um golpe de estado.

Agora, Sr. Presidente, quero cumprimentar não só o dono do jornal, o Diretor do jornal, mas os seus jornalistas, porque eles prestam um serviço inestimável à história brasileira. Colocando para conhecimento àqueles que não conhecem tudo aquilo que aconteceu. Matérias muito elucidativas estão sendo feitas sobre o comando do brilhante jornalista Vanderlei de Souza. Todos os domingos existe uma matéria copiosa, muito rica em relação a essas coisas que aconteceram.

Aqui está, quero mostrar inclusive não só para os Parlamentares que estão aqui, muitos visitando a Casa, talvez, não conhecem a história.

Vivi tudo isso aqui mesmo nesta Casa, Sr. Presidente. A primeira vez que fui Deputado presenciou-se o seguinte: apresentei um projeto extinguindo o DOPS em São Paulo - Departamento de Ordem Política e Social. Aqui, Delegacia da Ordem Política e Social. Estava sentado aqui nesta primeira fila, era um dos dirigentes do MDB na década de 70, quando apresentei esse projeto para extinção do braço armado da ditadura, onde eles torturavam e faziam desaparecer muita gente, matavam. Nunca fui tão filmado e fotografado na minha vida.

Fico muito honrado de ter tomado essas posições de rebeldia. É aquilo que falo para esses que são religiosos. A Bíblia mesmo diz: “Não vos conformeis com o mundo que tens.” O livro está mandando sermos rebeldes. Está nos mandando para o conflito, para o confronto. Vejo muitas vezes alguém querendo rasgar o texto magno com saudades do tempo da ditadura militar.

Esse pessoal talvez não saiba o que é isso. Não vivenciaram como eu vivenciei esses momentos. Quantas vezes cercaram a minha casa em Arapongas, porque eu cumpria com a minha obrigação.

Páginas e páginas estão aí de registros no DOPS, mas nunca fui lá ver. Agora tenho conhecimento de alguns episódios através do jornal, que presta inestimável serviço. Isso sim é jornalismo.

Quero honrar os jornalistas sérios que fazem da sua profissão um espaço para transformar o ser humano em cidadão.

O que é que esses jovens pretendiam ao se rebelarem contra a ditadura militar? Eles queriam, sim, o fim do desemprego, combater a injustiça, combater a fome, a miséria. Lembro-me que nós mesmos apanhamos quando fizemos a campanha pelo “Petróleo é Nosso”, pichando os muros com o nome da PETROBRAS. E todos falavam que nós não tínhamos petróleo aqui no país. Muitos jornais repercutiram essa versão que vinha da matriz, do Governo dos Estados Unidos.

Portanto, Sr. Presidente, peço aos Deputados, inclusive ao Traiano, que votem a favor desse projeto porque é de grande merecimento àquilo que estamos fazendo.

Aqui tem uma justificativa em relação à denominação que damos a esse projeto de lei. Tenho certeza que ele vai ser aprovado por unanimidade e teremos na cidade de Apucarana, um espaço livre que o Governador Requião construiu para a educação, para o ensino, olhando lá para frente, mas baseado naquele que sacrificou, para aquele que ofereceu a sua vida para que pudéssemos transformar esse país numa verdadeira nação de todos nós.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Passamos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Durval Amaral.

### ***Deputado Durval Amaral (Partido Democratas)***

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O assunto que viu abordar nesta tarde já foi tratado neste dia pelo nobre Deputado Tadeu e pelo Deputado Reni Pereira. Trata-se da reforma tributária proposta no Congresso Nacional.

Antes, porém, de discorrer sobre a reforma tributária, quero aqui cumprimentar e exaltar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, muito especialmente na pessoa do nosso Presidente, Deputado Nelson Justus, que na semana retrasada realizou aqui na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná o Encontro Nacional dos Presidentes de Assembléias Legislativas do Brasil.

O Deputado Nelson Justus foi extremamente feliz escolhendo temas da maior relevância, entre eles a reforma tributária. Trouxe para discutir a proposta da PEC nº 233 o nosso Ilustre Secretário da Fazenda, Heron Arzua. E num dia realmente muito iluminado discorreu, explicou, detalhou alguns aspectos relevantes da reforma tributária.

Esteve também tratando deste assunto o Deputado de Minas Gerais, Dr. Sebastião, que também foi muito feliz em suas colocações.

Mas, digo que foi um dia iluminado, um encontro maravilhoso, muito bem conduzido pelo Presidente Nelson Justus porque alguns temas foram tratados, da maior relevância. Entre eles, a proposta de apresentação de emenda constitucional por parte das Assembleias Legislativas do Brasil, procurando resgatar as prerrogativas dos Poderes Legislativos Estaduais.

Na verdade, tenho sido nesta Casa, junto com tantos outros colegas, companheiros, defensor incansável das nossas prerrogativas. Cada dia que passa, a cada mês, o Poder Executivo tenta usurpar prerrogativas do Poder Legislativo. Nossa Carta da República, a nossa Constituição cidadã de 1988 trouxe avanços significativos para toda a sociedade, para os indígenas, para a classe trabalhadora, para os sindicatos. Trouxe avanços, também, no aspecto das prerrogativas. Há quem diga, até, que uma Constituição é feita para o regime presidencialista, mas num modelo parlamentarista.

O que estamos assistindo, vendo, no dia-a-dia, é o enfraquecimento do Poder Legislativo. E, pasmem, Srs. Deputados, a culpa não é da sociedade. A culpa é nossa. A *mea-culpa* do Deputado Durval Amaral, a *mea-culpa* dos Parlamentos Estaduais. Estamos ficando para trás, todos os dias! Quando bem coloca aqui o Deputado Jocelito Canto, estamos esquecendo de ler nosso sagrado “livrinho”, a Constituição Federal, a Constituição Estadual. Mesmo nos poucos poderes que temos, não estamos os exercendo, muitas vezes, com competência. Abrimos mão.

E o Poder Executivo, com sua gana, com sua vontade, quer seja a nível de nosso estado ou a nível de Brasil, acaba açambarcando as funções o Poder Legislativo. E eu fico na minha irresignação incontida. E quando vi o Deputado Nelson Justus, como Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, juntamente com os demais Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil pensar em algo que para mim é fantástico, é inusitado, pode fazer com que o Parlamento passe a existir de verdade. Estamos nos acostumando com aquela idéia: “Não, porque o Ministério Público pode tudo!”

Ora! A Constituição cidadã deu prerrogativas para o Ministério Público e ele, inteligentemente, buscou conferir e legitimar as suas prerrogativas. E nós, ao contrário, vamos dizendo amém, vamos dizendo não. Conquistou-se a liberdade de imprensa. E a imprensa, no Brasil, ajudou a consolidar a democracia e avança todos os dias, às vezes até fiscalizando mais do que nós mesmos, Parlamentares, que temos o sagrado dever de fiscalizar os atos do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Ministério Público. Agora, claro, o Poder Judiciário julga e condena e aí todo mundo respeita. O Ministério Público denuncia, muitas vezes até de forma exacerbada, e a sociedade se intimida e vamos perdendo espaço. Então, o que se propôs nesse encontro presidido pelo Deputado Nelson Justus?

Vamos alterar a Constituição cidadã, vamos alterar o artigo 22, vamos alterar o artigo 24 da Constituição Federal para que, concorrentemente, possamos legislar sobre alguns assuntos que temos condições de fazer,

porque o descrédito ou a prevenção que a sociedade hoje tem em relação ao Poder Legislativo - não pela Assembleia do Paraná e nem pela Câmara Municipal de Pindamonhangaba, mas de uma maneira generalizada em relação ao Poder Legislativo - a culpa disso, e também faço a minha *mea-culpa*, é nossa.

Então, mudar, dar condições para que os Parlamentos Estaduais possam efetivamente legislar sobre temas relevantes para a sociedade, é algo a ser conquistado, é algo a ser construído e para isso deveremos aprovar um decreto legislativo na Assembleia do Paraná, juntamente com as demais Assembleias do Brasil, propondo alterações, através de uma emenda à Constituição, no artigo 22, das prerrogativas exclusivas do Chefe do Poder Executivo, e no artigo 24, da possibilidade de legislar concorrentemente em alguns temas da maior relevância. Mas, se tudo isso não bastasse, o mais importante e fundamental: gente, estamos vendo o trem passar e estamos aplaudindo. Estamos vendo falar em reforma tributária e estamos aplaudindo! Não é só a Assembleia do Paraná, não, mas são Assembleias do Brasil e mais do que isso, também os Governadores.

Srs. Deputados, a Constituição Federal, no artigo 60, é muito clara ao dizer que não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa do estado. Srs. Deputados, estamos falando em reforma tributária e todo mundo quieto, calado ou pouquíssimas vozes ecoando nos Parlamentos Estaduais e no Congresso Nacional e estão usurpando, retirando a prerrogativa das Assembleias Legislativas de legislar sobre ICMS, estamos retirando, na PEC nº 233, a possibilidade do Governador Roberto Requião e de todos os Governadores do Brasil legislar sobre o seu principal tributo, que é o ICMS. E os Governadores estão quietos, porque talvez ficam lá pensando que é melhor a bajulação, ou porque não entendem do assunto, ou porque pensam que através daquele fundo de compensação que está sendo proposto vão, com um pires na mão, buscar algumas vantagens.

É uma afronta! Não quero entrar hoje no mérito de item por item, ou ponto por ponto, mas é uma afronta contra a federação, é uma afronta contra o Poder Legislativo. Nós vamos, daqui a alguns dias estar aqui no Paraná fazendo de conta que legislamos e fazendo de conta que fiscalizamos, porque não poderemos fazer leis e não poderemos fiscalizar, porque, infelizmente, no sistema democrático, a maioria manda e a minoria usa como instrumento, às vezes, só o Regimento Interno.

Então, Srs. Parlamentares, temos que fazer um mutirão a nível nacional. Chega! O Governo não quer distribuir riqueza. O Governo da República não quer distribuir arrecadação. O Governo não quer mudar a forma desse imposto indireto que é cruel, que penitencia, que rouba o salário do trabalhador com imposto indireto. E não estou falando aqui do Governo atual, do Governo Lula, mas todos os Governos só querem concentrar receita nas mãos da união para ficar com o chapéu para

que os governantes fiquem com o pires na mão. Mas basta. Não é possível. Esse meu inconformismo, esse meu desabafo, que cada um de nós procure ver o que está contido na 233, nessa PEC, que aniquila o Poder Legislativo.

Olha aqui, Srs. Deputados, para se propor uma proposta de reforma após a PEC 233, Deputado Reni Pereira, V. Exa. que também é um estudioso da matéria, há que se ter a aprovação, salvo engano, de um terço das Assembléias Legislativas de todo o país, mas incluindo as cinco regiões. Todo mundo tem que concordar.

Como é que você vai comparar o interesse, Deputado Valdir Rossoni, do Paraná, que nós aqui temos chãmate, com a Bahia, ou com norte do Brasil, que tem o babaçu? São coisas totalmente distintas! O ICMS é um imposto estadual, com características próprias. Ora, não há lógica, há que se ter nove Governadores de cinco regiões diferentes do Brasil concordando com qualquer alteração do ICMS se essa PEC 233 passar.

Então, para os estados, há que se ter a concordância da maioria das Assembléias do Brasil, há que se ter a concordância da maioria dos Governadores do Brasil, de todas as regiões dos estados; mas para o Presidente da República, ele pode alterar a hora que ele quiser, por um projeto de lei complementar.

Estamos abrindo mão das nossas prerrogativas sobre o imposto mais importante. Maravilha, estamos falando aqui de diminuir a guerra fiscal, essa guerra fiscal tão danosa que trouxe a Renault para o Paraná, que trouxe a Audi para o Paraná, que trouxe a Volkswagen para o Paraná, e que não se instalou em São Paulo. Que guerra fiscal é essa? Ora, tem aspectos bons na proposta 233, e o Deputado Tadeu Veneri falou isso aqui. A nossa maior riqueza do Paraná, e a maior riqueza do Rio de Janeiro é o petróleo, lá não se paga ICMS na origem, como nós aqui não pagamos o ICMS quando exportamos a nossa energia elétrica, e é a luta da Gazeta do Povo de tantos anos e de tantos Deputados do Paraná, não se cobra o ICMS na origem quando se exporta. A proposta diz: "É 2%, reduz o ICMS geral a partir de um determinado momento para 2%". Maravilha! Menos no caso da energia elétrica, que aí não vai se cobrar na origem nesse caso.

Bom, mas vamos imaginar que esse prejuízo, que já está nos dando mais uma vez, prevaleça, é 2% de ICMS, Deputado Cheida, na origem, e o resto todo no destino. Acabou a guerra fiscal, Deputado Waldyr Pugliesi. Não venham com essa conversa mole que vai se fazer reforma tributária para acabar a guerra fiscal. Reduziu para 2% o ICMS, não existe mais guerra fiscal no Brasil. Ora, por que não? Por que a Ford vai sair lá do Rio Grande do Sul para se instalar lá na Bahia, quando a alíquota interestadual é de 12%, se o que a Bahia pode oferecer é só 2% de vantagem? Quer dizer, acabou a guerra fiscal. O ICMS veio a 2%, Dra. Lídia, acabou a guerra fiscal, nenhuma empresa e nenhum empresário brasileiro, ou esses malvados que vêm do exterior para instalar as suas multinacionais aqui no Brasil vão ter interesse de ficar competindo para ganhar 2%, porque automaticamente a alíquota sendo de 2% não tem mais guerra fiscal no Brasil, acabou a guerra fiscal.

Então, não venham me falar que essa usurpação é de competência dos Poderes Legislativos Estaduais e dos Governadores. Ora, eu não vi ainda o nosso querido Governador, que é um homem a quem eu respeito pelas suas lutas, e Governadores de outros estados levantarem a sua voz contra essa proposta mandraque que está no Congresso Nacional. Tem coisas boas? Tem coisas boas, por exemplo, está lá no artigo 3º, enfim, tem alguns artigos dessa PEC 233, se não me engano artigo 2º, artigo 3º, que diz que o Governador ou o governante que propiciar a guerra fiscal sofrerá sanções, inclusive com crime de responsabilidade, será penalizado civil e criminalmente. Se o cara der um benefício fiscal para uma empresa ele vai pagar com patrimônio.

Sras. e Srs. Deputados, nós, daqui a pouco, não vamos poder andar na rua. Se temos a função maior de legislar e fiscalizar, e já não podemos em função dos impedimentos contidos nos dispositivos da Constituição Federal, e as poucas possibilidade que temos estamos abrindo mão e ficando quietos. Nem o Congresso Nacional vai poder ter iniciativa de apresentação de nenhuma alteração sobre o ICMS.

Não podemos ficar quietos nisso. Realmente, não dá para aceitar.

Muito obrigado!

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário das Lideranças. Bloco PPS/PMN; Bloco PTB/PR; Democratas; PP.

(**Declinam**)

No horário do Partido dos Trabalhadores, com a palavra o Professor Luizão.

### ***Liderança do PT: Deputado Professor Luizão***

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Está para ser votada na Câmara Federal a PEC nº 333, que altera o número de Vereadores nos municípios brasileiros.

Em 2004, já no fim do período das convenções partidárias, estávamos com os partidos organizados para disputar as eleições, quando o TSE decidiu uma nova interpretação da Constituição e reduziu o número de Vereadores na maioria dos municípios brasileiros. E o Supremo confirmou.

Deu um problema danado! As regras mudam em cima da hora. E causou grandes transtornos para todos os partidos, que já estavam com seus candidatos definidos. Por exemplo, em Pinhais tínhamos a Câmara de Vereadores composta por 17 Vereadores. Cada partido coligado poderia lançar o dobro, 34 Vereadores. E no final foi reduzido para 11 Vereadores.

E os partidos tiveram que cortar pela metade o número de candidatos, causando transtornos enormes para quem já estava preparado para a campanha.

Continua assim, o Senado não modificou a regra. E, em 2004 foi protocolado uma PEC para tentar alterar essa situação, para colocar mais justiça na distribuição da representação nas Câmaras de Vereadores. Até porque a modificação que foi feita em 2004, pela Justiça, não diminuiu os recursos destinados às Câmaras de Vereadores. Então, o prejuízo foi apenas na representação. Diminuiu a representação da população nos Legislativos Municipais, mas não diminuiu os recursos para as Câmaras. Diminuiu o número de Vereadores, mas o gasto continua sendo o mesmo.

Essa nova proposta pretende readequar as Câmaras, tornar mais justo, porque temos na maioria dos municípios brasileiros 5 mil, 10 mil habitantes. Aqui no Paraná não é diferente. Você tem um município com 2 mil habitantes, 5 mil habitantes, 10 mil habitantes, com nove Vereadores. Daí você tem uma situação como Pinhais, que tem 115 mil habitantes, tem 11 Vereadores. Você tem Colombo, um município enorme, também com dois, três Vereadores de diferença do município que tem 5 mil habitantes. Você tem Campo Largo quase com a mesma população de Pinhais, 110, 120 mil habitantes, com 11 Vereadores. Então, é desproporcional a representação.

A PEC da Câmara pretende alterar essa situação. O problema é que a Câmara dos Deputados está desde 2004 discutindo essa questão. Está para ser votado nesta semana, só que precisa ser votado duas vezes na Câmara e duas vezes no Senado. Corremos o risco, novamente, de agora ter um problema diverso daquele de 2004. Os partidos estão organizados para ter um número de Vereadores para disputar as eleições, isso no Brasil inteiro, porque afeta a grande maioria dos municípios e, de repente, a regra muda na última hora e os partidos vão ter que fazer malabarismos para poder aglutinar novos candidatos, enfim, acaba tumultuando o processo novamente.

Devo comparar a Câmara dos Deputados com a Assembléia Legislativa porque aqui a agilidade é bem maior quando se discute um projeto, para votar um projeto, lá é muito mais moroso. Vejam, dois, três anos para se aprovar uma lei importante como esta, que afeta a maioria dos municípios.

Então, realmente, acho que é mais justa esta lei, esta distribuição, até porque vai adequar a distribuição de recursos para as Câmaras de Vereadores. Esta lei torna a representação mais justa, municípios menores com uma proporção de Vereadores compatível, municípios maiores com uma representação de Vereadores adequada ao tamanho do município e a distribuição de recursos mais justa.

Hoje, um município que tem 11 Vereadores, como Pinhais, Araucária e Campo Largo, recebe os mesmos recursos de antigamente, quando tínhamos 17 Vereadores. Por isso, acho que é necessária essa mudança, mas que ela fosse feita a tempo para haver um planejamento maior dos partidos, para que possam se organizar melhor para a eleição, para que o eleitor tenha mais clareza do

processo para saber quantos Vereadores, qual a possibilidade de eleições deste ou daquele e do seu candidato.

#### **A Sra. Rosane Ferreira (PV)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Apenas para dizer que concordo com o seu pronunciamento. V. Exa. tem toda razão quando diz que a redução do número de Vereadores teve uma simpatia de todos os brasileiros, porque se entendia que reduzindo o número se economizaria, se reduziria proporcionalmente os recursos que iriam para as Câmaras, para os Legislativos Municipais, o que não aconteceu.

Em Araucária tínhamos 17 Vereadores, agora passamos a ter 11 e com a aprovação dessa PEC passaríamos a ter 19. Agora, nossa preocupação é com essa questão da proporcionalidade de recursos que são destinados ao Legislativo. Araucária, hoje, tem um orçamento que é invejável, todo mundo sabe disso, e mandamos para a Câmara de Vereadores do município R\$ 14 milhões, para 11 Vereadores. Com 19 Vereadores e podendo mandar até 6%, esse ano estaríamos destinando, como Legislativo daquela cidade com 111 mil habitantes, cerca de R\$ 24 milhões. Para uma Casa que tem que legislar e fiscalizar, o Executivo, que não planta, que não colhe, que não produz nada que não sejam leis, isso é bastante preocupante. Se tivermos que aumentar ainda mais os recursos destinados à Câmara de Vereadores, tem que ser olhado com carinho todos os recursos públicos, mesmo os trazidos para esta Casa, porque o cofre é sempre o mesmo e o que sobra, aqui, falta, com certeza, ali. E geralmente falta onde é mais necessário.

Muito obrigada.

#### **O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)**

Muito bem, Deputada Rosane. Obrigado, pelo seu aparte.

Devo concordar com V. Exa. que temos que adequar às Câmaras a necessidade de cada município. Acho importante a representação parlamentar nos municípios. O Legislativo tem uma função importante de fiscalizar e ajudar na Administração do município, de propor e votar leis, em defesa da população. É claro que o Legislativo tem que ter um orçamento compatível com a necessidade. Não exageradamente, como V. Exa. fala em relação à Araucária, porque se acaba tornando um abuso, uma agressão à população, ao saber de que tantos recursos são destinados para a Câmara de Vereadores.

Por isso, tenho esperança que seja votada a tempo essa lei, mas não em cima da hora, no final do período das convenções partidárias, para que haja tempo dos partidos se adequarem. E que junto com ela venha também uma adequação melhor dos recursos destinados às Câmaras de Vereadores, para que haja mais justiça entre os municípios e que a população possa ver que a Câmara recebe o necessário e não exageradamente, que não falte para a Saúde, a Educação e para outras obras do município.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

PSDB; PDT.

(**Declinam**)

No horário do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Teruo Kato.

### ***Liderança do PMDB: Deputado Teruo Kato***

O SR. TERUO KATO

Sr. Presidente, Sr. 1º Secretário, Deputado Jonas Guimarães; Sra. 2ª Secretária, Deputada Luciana Rafagnin, Sras. e Srs. Deputados.

Na última sexta-feira tivemos em Paranavaí a instalação da Escola de Formação de Soldados, com a presença do Comandante Geral da Polícia Militar, Coronel Anselmo José de Oliveira; do Chefe do Estado Maior, Coronel Melo e também a presença do nosso Presidente em exercício, Deputado Antonio Anibelli. O Coronel Anselmo proferiu a aula inaugural aos 38 participantes da turma, como também aos convidados presentes.

Há mais de 10 anos não tínhamos na nossa região uma Escola de Formação de Soldados. Foi uma grande conquista, que com certeza vem ao encontro do anseio de toda a população onde esses novos Soldados serão designados a trabalhar.

Queremos agradecer ao Governo e enaltecer o trabalho que a Polícia Militar, sob o comando do Major Lima, vem desenvolvendo em nossa região. Toda a corporação do 8º Batalhão vem se empenhando para manter os níveis de criminalidade sob controle. A Polícia Civil também tem se desdobrado na apuração dos crimes cometidos. Nunca houve uma parceria tão forte e produtiva entre a Polícia Militar e a Polícia Civil, no nosso município. Portanto, quero parabenizar também ao Delegado Dr. Marcolino, da 8ª Subdivisão Policial, e toda a sua equipe pelo trabalho que vem sendo desenvolvido.

Sabemos que somente esses novos 38 Soldados não serão suficientes para atender toda a região. Por isso continuamos a nossa luta para que nova turma seja instalada o mais breve possível.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na semana passada fiquei muito feliz e satisfeito, visto que vários Deputados utilizaram-se da tribuna para tratar de uma tema, Deputado Cheida, que tenho debatido insistentemente aqui na Assembléia, que é a Educação, principalmente a educação fundamental.

O Deputado Ney Leprevost, com muita propriedade, colocou a importância da Educação na solução de problemas que temos hoje no dia-a-dia na área da Saúde, na área da Segurança, na questão do desemprego, etc.

O Deputado Jocelito Canto disse também da sua luta junto ao Governo Requião para a compra de um seminário que está abandonado e que ele gostaria que fosse instalada nesse seminário uma escola de 5ª a 8ª série para funcionar em tempo integral.

Então, quero parabenizar ao Deputado Jocelito pela iniciativa, ele que já participou lá em Ponta Grossa da Audiência Pública que fizemos no ano passado defendendo a escola em tempo integral e, inclusive, fez uma emenda ao orçamento alocando recursos para a escola em tempo integral de 5ª a 8ª série.

Na última Sessão aqui no plenário o Deputado Tadeu Veneri também utilizou a tribuna para encaminhar a favor do nome que foi indicado pelo Deputado Waldyr Pugliesi a uma escola lá de Apucarana. Esta nova escola irá se chamar Antonio dos Três Reis de Oliveira, também de 5ª a 8ª série, será em tempo integral e modelo para o estado. São mais de 5 mil m2 de construção, com anfiteatro, laboratório, quadras esportivas, etc. Portanto, vai ser uma escola de ponta, de alta tecnologia e que estará servindo, Deputado Waldyr Pugliesi, a uma comunidade que é, talvez, o bairro mais carente lá de Apucarana. Uma bela obra que tiver oportunidade de visitar.

O Deputado Romanelli, também da tribuna, ressaltou um importante Fórum de Desenvolvimento Regional realizado no norte pioneiro. Nesse Fórum, um dos assuntos destacados e colocado como estratégico para o desenvolvimento da região foi a escola em tempo integral.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, a Educação finalmente passa a fazer parte da agenda de Governos, lideranças políticas, lideranças empresariais e da comunidade, de um modo geral.

Amanhã, Deputado Jonas, a partir das 13h, estaremos realizando em Apucarana o I Encontro do Movimento das Cidades pela Educação Básica. Este movimento é suprapartidário, Deputado Luizão, não tem cor, não tem bandeira. Apenas um único objetivo: de união de toda a sociedade civil organizada ou não, possibilitando a participação de qualquer cidadão para que possamos melhorar a qualidade da educação básica em nosso estado.

Aproveito a oportunidade para convidar a todos para participarem deste que será, sem dúvida nenhuma, um dos maiores movimentos voluntários já realizados em defesa da educação básica em nosso estado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli, no horário da Liderança do Governo.

### ***Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Em primeiro lugar quero registrar aqui, com satisfação, o pronunciamento do nosso Deputado Estadual, Teruo Kato. O Deputado Teruo tem sido um Parlamentar que representa muito bem a sua região noroeste e representando a sua região pensa no todo do nosso estado. Penso que é fundamental que tenhamos Deputados com essa sua preocupação, aqui, Deputado Teruo. Fico orgulhoso de integrarmos a mesma Bancada, tanto do nosso partido, o PMDB, quanto da Bancada de apoio ao Governo Requião.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz à tribuna nesta tarde é comunicar a cada um dos Srs. e Sras. Parlamentares da entrega hoje feita pelo 1º Secretário desta Casa, o Deputado Alexandre Curi, que se desincumbindo de uma missão, absolutamente, entregou os documentos, cerca de 210 mil páginas de informações sobre a utilização dos chamados cartões corporativos que foi requerido judicialmente pelo Líder da Oposição, Valdir Rossoni.

Os documentos revelam as informações referentes à utilização dos cartões durante o ano de 2007 e foram enviados a esta Casa pela Secretária de Estado da Administração, Maria Marta Lunardon.

Senhoras e senhores, é na minha avaliação um cumprimento da decisão judicial e ao mesmo tempo, Deputado Kielse, V. Exa. sabe, o Governador Requião determinou que no mais breve espaço possível de tempo - e aí é claro, dependemos dos cruzamentos dos programas que estão sendo desenvolvidos pela CELEPAR - para que estes documentos, todos eles, estejam na internet. O nosso Governo não tem nenhum segredo a esconder, especialmente, Deputado Pugliesi, segredos de polichinelo. Muitas vezes os factóides que são criados única e exclusivamente com o fito de criar, artificialmente, na opinião pública um sentimento como se alguma coisa tivéssemos a esconder. Aliás, como outro dia fez o Deputado Reni Pereira, que vindo do aeroporto para Curitiba, se deparou com a Operação Escudo. O que é a Operação Escudo? É aquela que foi criada pelo novo Comandante da Polícia Militar, Coronel Anselmo, que durante os horários de pico, especialmente naqueles que, pelo geoprocessamento, identificaram o maior número de ocorrências da violência na área urbana, a Polícia, com todo o seu efetivo, inclusive àqueles que cumprem muitas vezes missões administrativas, todos das mais diversas áreas, vão para as ruas, justamente, para proteger o cidadão.

Me surpreendi outro dia com o pronunciamento do Deputado Reni Pereira, porque ele na verdade se surpreendeu com o volume de policiais na rua. A Polícia na rua assusta alguns, às vezes. Não é o caso, claro, do Deputado Reni Pereira, mas a Polícia é para assustar aqueles que cometem delitos. Ou seja, Polícia é para proteger a família, para proteger as pessoas.

Por isso que essa Operação Escudo é uma operação montada, justamente para poder promover de forma ostensiva o policiamento das ruas de Curitiba e também da região metropolitana, mas especialmente naquilo que está identificado no geoprocessamento. Porque afinal de contas, Deputado Praczyk, V. Exa. que é um especialista na área de informática, o nosso Governo trabalha com inteligência, ou seja, trabalha com informação, trabalha com as novas ferramentas que temos disponíveis, justamente, para identificar onde são os pontos vulneráveis em que a cidadania, as pessoas, estão elas próximas de serem objeto de algum tipo de violência.

Por isso que a Operação Escudo, é extremamente importante, é Polícia na rua, mesmo, atendendo.

Só me surpreendeu, o Deputado Reni Pereira preocupado, porque tinha muita Polícia na rua. Ele no caso preocupado com uma eventual possibilidade de ter recebido uma multa. Na verdade, a Polícia não está para multar. A Polícia está para proteger o cidadão. O que esperamos na verdade é cada vez mais esse esforço feito pela nossa Polícia Militar, pelo nosso novo Comandante Coronel Anselmo, pelo Secretário Delazari, pela Polícia Civil, que cada vez mais tem dado uma grande demonstração de efetividade.

Temos que reconhecer aqui também o papel importante que o Poder Judiciário, o Ministério Público estão tendo no combate à criminalidade. Temos que reconhecer que há um esforço sendo feito e esse esforço é coordenado muito fortemente pela nossa Operação Mãos Limpas, que o Governador Requião comanda pessoalmente toda segunda-feira, que integra também os organismos federais. Com isso, efetivamente, temos um ataque direto, frontal à criminalidade. Claro, principalmente àquelas quadrilhas organizadas, chamado crime organizado, associação criminosa, para fazer o mal para as pessoas com relação à vida e ao patrimônio, cada vez mais têm que ser combatidas para que possamos ter uma sociedade mais tranqüila, onde as pessoas possam conviver com uma relação de maior respeito entre todos.

É um desafio grande numa sociedade tão violenta e com tantos desafios. Considerando, principalmente, que em Curitiba hoje temos quase 1 milhão e 800 mil habitantes, mais de 1 milhão de habitantes da região metropolitana de Curitiba, são 2 milhões e 800, quase 3 milhões de habitantes. As previsões do crescimento demográfico são alarmantes. Prevê-se que daqui a 40 anos teremos dobrado o número da população nesse mesmo espaço urbano.

A cidade de Colombo mesmo, a previsão é de chegar a 500 mil habitantes até num limite menor de tempo ainda. Ou seja, é um grande desafio que possamos integrar a gestão das políticas públicas nessa região e criar, de fato, organismos que possam integrar as ações nos três níveis de Governo e, também nos municípios, de forma integrada e articulada. Para isso vamos ter que trabalhar muito e superar divergências antigas.

Aliás, Deputado Zucchi, aproveitando que V. Exa. está na presidência desta Sessão, quero mais uma vez reconhecer aqui publicamente o esforço que o Senador Osmar Dias está fazendo para poder reverter a situação dessa multa injusta que é imposta, Deputado Pugliesi, ao estado do Paraná. São R\$ 5 milhões por mês, mas sabemos que já pagamos 65 milhões por mês, todo mês, da privatização do BANESTADO. Mais esse 5 milhões. Além de pagar esses 5 milhões nos eleva a dívida, porque daí a correção é pela SELIC, não mais pelo IGPM.

O fato concreto é que amanhã teremos, eu vi aliás o Senador falando, uma reunião importante na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. Entendo que um Senador da República tem que proceder dessa forma mesmo. Fico muito feliz de ver a atitude do Osmar Dias.

Está sendo coerente com o voto que recebeu do povo paranaense e mesmo com as divergências políticas que tem, e pontuais com o Governo Requião, porque ele trabalha a favor do estado.

Fico cada vez mais encantado de ver essa postura, porque entendo que a política vem da palavra police, assumida com o sufixo ita. Política é da cidade, são as coisas que têm aos cidadãos. A política é um instrumento para promover o bem e não para você verificar que muitas vezes a política é um instrumento do mal. Por isso que fico feliz de ver a atitude do Senador.

Era isso. Muito obrigado.

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Ofício nº 099/08, subscrito pelo Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência da Sessão Plenária de hoje (26/05/08), por estar em visita às suas bases eleitorais no noroeste do estado. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Expediente subscrito pelo Deputado Fábio Camargo, constante do expediente, justificando sua ausência da Sessão Plenária do dia 21 de maio do corrente ano. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Indicação nº 128/08 de autoria do Deputado Dr. Batista constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a duplicação da rodovia que liga o município de Maringá ao município de Guaíra. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins anotar.**

Projeto de resolução de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em número de 05, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** **À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em número de 02, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** **À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 1308, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando sua ausência da Sessão Plenária do dia 21/05/08. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

### ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 035/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que autoriza o Governo do Estado a instituir o projeto Arco Sul, que compreenderá o contorno sul, ligando Maringá, Sarandi e Marialva e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 006/08, de 20/02/08, em Projetos de Lei).**

### ***2ª Discussão***

#### **ITEM 02**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 041/08, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que denomina Colégio Estadual Antonio dos Três Reis de Oliveira, o estabelecimento de ensino localizado no município de Apucarana. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 148/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública o PROVOPAR de Maringá - Programa do Voluntariado Paranaense, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 161/08, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de utilidade pública a Associação dos Idosos de Nova Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ***1ª Discussão***

#### **ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/08, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que proíbe a destinação de verbas da Secretaria de Estado da Comunicação Social para programas de rádio e televisão, cujos responsáveis, apresentadores ou repórteres, estejam em pleno gozo de mandato eletivo ou ocupem cargos de Secretário de Estado ou de município. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC E CF. **(Publ. no DA nº 001/08, em 12/02/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 018/08

P A R E C E R :

A proposição sob análise, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, proíbe a destinação de verbas da Secretaria de Estado da Comunicação Social para programas de rádio e televisão, cujos responsáveis, apresentadores ou repórteres, estejam em pleno gozo de mandato eletivo ou ocupem cargos de Secretário de Estado ou de Município.

A matéria tratada é de competência da Assembleia Legislativa do Paraná e não fere o disposto no artigo 66 da mesma Constituição, no tocante à competência privativa do Chefe do Executivo.

Compete à Assembleia Legislativa criar normas que regulem o uso dos recursos públicos pelos governantes, nos termos do artigo 53 da Constituição Estadual.

A proposição estabelece vedação que atende ao disposto no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, em especial, os princípios da igualdade e da impessoalidade.

Eventuais divergências dizem respeito ao mérito da matéria e não cabe a este relator analisar.

O parecer é pela tramitação da proposição, pois está dentro dos limites e prerrogativas da Assembleia Legislativa do Paraná. Presentes os requisitos legais e formais, o parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 11/03/08.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

PROFESSOR LUIZÃO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 018/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que dispõe sobre a proibição da destinação de verbas da Secretaria de Estado da Comunicação Social para programas de rádio e televisão cujos responsáveis, apresentadores ou repórteres, estejam em pleno gozo de mandato eletivo ou ocupem cargos de Secretário de Estado ou Município.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei. A proposta visa impedir que políticos, detentores de mandatos legislativos e também secretários do executivo estadual ou municipal, recebam verbas oriundas da Secretaria de Comunicação Social, procurando enfatizar a transparência, que deve existir, na propaganda oficial do Governo do Estado.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 31/03/08.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 018/08

P A R E C E R :

O jovem e atuante Deputado Marcelo Rangel, uma das maiores inteligências da atual legislatura, confirma sua firme disposição de trazer ao debate, nesta Casa de Leis, projetos que aprovados e transformados em lei, contribuem para evitar abusos nos cofres públicos de nosso estado.

A proposição ora em apreciação, de maneira corajosa, propõe impedir que políticos, detentores de mandatos legislativos, comandem programas nos canais de televisão e em estações de rádio patrocinados com dinheiro do erário público estadual. Ótimo. Muito bom. Quem tem mandato eletivo já ganha bem e é imoral sugar os cofres públicos do Paraná para aumentar sua renda pessoal mensal. Dinheiro do Governo é dinheiro do suado e sacrificado imposto pago por todos os paranaenses e deve ser usado no desenvolvimento do estado, no custeio da máquina pública e em programas sociais, jamais para engordar o bolso dos políticos.

Por não causar nenhum impacto financeiro, mas sim por representar economia, nosso parecer é pela aprovação da proposição 018/08.

Sala das Comissões, em 24/03/08.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

ANTONIO BELINATI - Relator

**Em discussão. Em votação.**

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero encaminhar contrário à aprovação desse projeto pela constitucionalidade, além do que, já na Comissão de Constituição e Justiça, votei contrário a este projeto, porque entendo que esse projeto, além de ser inconstitucional, ele é casuístico. Entendo que as questões que envolvem a nossa querida cidade de Ponta Grossa não podem transbordar para aqueles temas que são, na verdade, de natureza pública, de ter a própria legislação que já temos, da nossa pátria, já temos uma legislação que é garantidora do interesse público, na medida que sem estabelecer nenhum causuismo e nem se endereçar uma lei especificamente para atingir um desafeto político, temos que reconhecer que temos no nosso país uma legislação que protege, de forma bem objetiva, que não se apliquem recursos públicos em veículos de comunicação que sem detentores do poder político, para que efetivamente o dinheiro público seja bem aplicado.

Temos que reconhecer que o projeto do nobre Parlamentar, Deputado Marcelo Rangel, é no sentido de poder atingir aos profissionais, especialmente que atuam nos veículos de comunicação, porque sabemos que os verdadeiros donos dos veículos de comunicação muitas vezes não aparecem nem no contrato social. E aqui vai se



punir, muitas vezes, um gerente ou radialista de uma rádio comunitária, que eventualmente seja Vereador, de uma rádio qualquer do interior, o profissional vai ficar impossibilitado de poder tocar sua vida.

Na verdade, há um grande e enorme exagero. Um equívoco. Entendo que aqui o ânimo não é por conta, eu diria quase - me desculpem, eu vou citar os dois nomes - mas parece que o projeto tem como destinatário o Deputado Jocelito Canto.

Então, quero dizer, salvo que haja uma argumentação muito forte por parte do autor, gostaria de encaminhar nossa Bancada ao voto contrário a este projeto, por entender nele um projeto casuístico, que visa atingir a um desafeto político. Tenho o maior respeito pelo autor, mas tenho que dizer as palavras como elas são. Não são palavras ofensivas, é uma crítica política que faço ao projeto que há que se reconhecer, é de fato inconstitucional pelos fundamentos que já expusemos.

Então, Sr. Presidente, encaminho contrariamente à aprovação deste projeto pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Para encaminhar, concedemos a palavra ao Deputado Marcelo Rangel.

#### O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, cidadãos do Paraná.

Parabenizando primeiramente a Mesa Executiva e esta Assembléia Legislativa. Só pelo fato de estarmos aqui discutindo este projeto, que é de alto interesse social e político, já é uma grande vitória desta Casa de Leis. E também preciso parabenizar o discurso do Líder do Governo, Deputado Luiz Claudio Romanelli, que fez um bom discurso, mas completamente equivocado.

Na verdade, estamos votando este projeto nesta tarde, que é de grande interesse, como já afirmei, mas é extremamente constitucional. Este projeto passou por três Comissões. A Comissão de Constituição e Justiça, e foi aprovado; passou pela Comissão de Finanças e foi aprovado; passou pela Comissão de Comunicação e foi aprovado. E mais: chegou à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa e foi encaminhado a anuência para um parecer do COPELEGIS desta Casa de Leis e foi apreciado.

Está de volta ao Plenário, porque é um projeto polêmico. Mas, um projeto que, creio eu, vai trazer justiça, porque apresentadores ou proprietários, e aqui eu me coloco, porque sou apresentador de rádio há mais de 20 anos, apresentadores ou proprietários de rádio e TV precisam ter ciência que no seu trabalho, como agentes públicos, não pode existir compromisso financeiro com o poder governamental.

Tornei-me Deputado Estadual, recebo salário de Deputado Estadual e não acho justo receber uma verba de publicidade para programas que apresento para divulgar ações do Governo do Estado, ou seja, ser Deputado

Estadual e ser funcionário do Governo. E quando chega a época de campanha política isso se acentua ainda mais, porque Vereadores, Prefeitos e até mesmo Deputados acabam solicitando verbas de publicidade para seus programas de rádio ou de TV para estabelecer uma linha de crédito que irá financiar as suas campanhas políticas. Portanto, acho isso ilegal. Como um Parlamentar, um Vereador, um Prefeito ou Deputado Estadual irá votar com total isenção e imparcialidade aqui no plenário, na Casa de Leis, se recebe um salário adicional em seus veículos de comunicação?

Isso está errado! E na verdade essa lei vem do Congresso. No Congresso Nacional já existe a lei que estabelece que Deputados Federais não podem receber dinheiro de verbas publicitárias, nem Ministros e nem Secretários. Estamos estabelecendo isso aqui no estado do Paraná. Você não pode ser representante do povo e funcionário do Governo. Portanto, senhoras e senhores, não tenho dúvida nenhuma a respeito da constitucionalidade dessa lei, uma lei que visa a transparência pública, que visa coibir que verbas escusas sejam direcionadas a políticos com má intenção.

Então, Srs. Parlamentares, a lei é simples. Responsáveis, apresentadores de rádio e televisão que estão em pleno gozo do mandato eletivo, ou seja, sejam Vereadores, Prefeitos ou Deputados Estaduais, somente quem está em pleno gozo do mandato eletivo não poderá receber verbas do Governo em seus programas de rádio e TV.

Isso é o que eu gostaria de falar nesta tarde.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Para encaminhar contra, com a palavra o Deputado Péricles de Mello.

#### O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Tenho o maior respeito pelo Deputado Marcelo Rangel, que tem apresentado vários projetos importantes nesta Casa, mas neste caso discordo do projeto, porque ele é um projeto que na verdade dissimula. Não digo que seja a intenção do Deputado, mas é em essência um projeto dissimulador de uma realidade concreta. Deputado Marcelo, acho que seu projeto seria melhor se proibisse as emissoras de rádio e televisão de receberem recursos da Secretaria de Comunicação Social desde que essas emissoras tivessem na sua programação um ou mais programas de um Deputado. Aí sim o senhor estaria dando contribuição mais profunda sobre a questão.

Agora, vamos ser sinceros, em que resolve esse projeto? Como exemplo o Deputado Jocelito, que é radialista como o Deputado Marcelo Rangel, ele tem um programa das 6h às 9h, se não me engano, na Rádio Antena Sul. Ora, não resolve problema nenhum não ter propaganda do Governo no seu programa. Se há interesse de intermediação entre o Governante e o Deputado, essa Rádio Antena Sul pode ter recebido recursos de qualquer outro programa, vai aparecer influência do Deputado da mesma forma.

Então, sinceramente, esse projeto não resolve absolutamente nada. Agora, claro, esse é um debate importante. Uma vez coloquei essa questão na Assembléia e fui mal entendido. Não tenho absolutamente nada contra radialistas. Agora, o que precisa mudar é uma legislação no Brasil que é absurda. Vou dar um exemplo: eu era Diretor da SANEPAR, tive que pedir demissão por ser cargo de confiança, seis meses antes do processo eleitoral para ser candidato a Deputado. Um radialista não precisa disso, são três meses.

Ora, sabemos que estabelece uma falta de isonomia e de homogeneidade na coisa pública - eu sei, sou um Deputado de Ponta Grossa. As rádios de Ponta Grossa, a maior parte está fechada à minha pessoa, por quê? Um Deputado é proprietário ou sócio de duas rádios, importantes rádios de Ponta Grossa. Outro Deputado é dono de uma outra rádio. Eu não tenho rádio nenhuma, não tenho programa, e acho que é muito mais difícil o povo conhecer o que estou fazendo do que o Deputado radialista. Essa é a essência da questão que o Brasil deveria discutir, não o Paraná, o Brasil. Proprietários de rádios, apesar de ter uma legislação, a Folha de São Paulo colocou recentemente, quase a metade das emissoras de rádio e televisão do Brasil são políticos detentores do poder, da propriedade, da posse, seja lá o que for, dessas rádios.

Então, sinceramente, acho que parece que há, Deputado Marcelo Rangel, uma suspeita sua, como temos um Deputado radialista que tem votado com o Partido do Governo e que tem um programa, ou pode ter outro também, parece que o senhor está interessado com o seu projeto de impedir que esses programas sejam sem recursos. Mas, nem isso o seu projeto consegue. Então, vamos radicalizar e aprofundar a coisa, vamos tirar programa e transformar por emissoras de rádio e televisão que tenham em qualquer um dos seus programas radialista participando, ou político participando como radialista, ou como colaborador.

Por esse motivo vou votar contrário, e se o projeto for aprovado em 1ª discussão farei uma emenda segundo o argumentos que acabei de expor aqui na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra, Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Está no Impacto de hoje: "Bens bloqueados por 11 dias. Ministério Público apresentou uma ação de improbidade contra o ex-Governador Jaime Lerner que distribuiu ilegalmente 16,5 milhões em publicidades pegadas pelo BANESTADO". E quem recebeu essa publicidade foram as maiores emissoras do estado do Paraná. Esse dinheiro está *sub judice* porque foi entregue às emissoras de rádio no estado do Paraná. Só me preocupo com esse projeto no fato de que aqui existe também, pode ser feita uma emenda na seqüência, a respeito do convênio da AERP.

A AERP tem um convênio hoje que beneficia todas as emissoras do estado do Paraná, e as pequenas lá do interior são as que mais sofrem porque elas descontam a metade da luz em publicidade. Isso também afetará as pessoas que têm esse convênio porque atinge Secretários Municipais, atinge também a questão municipal.

Então, analiso esse projeto como um projeto, como disse o Deputado Romanelli, vou fazer uma emenda amanhã, vou propor duas ou três emendas amanhã, e entre elas, vou fazer o pedido seguindo aí os passos da Oposição.

Vou propor uma emenda que seja retroativa, nos últimos oito anos do Governo Jaime Lerner. E que todos os Deputados devolvam o dinheiro que receberam do estado, durante o período em que o Jaime Lerner foi Governador.

A lei diz que posso propor e vou propor amanhã uma emenda que seja retroativa a esse projeto do Deputado Marcelo Rangel, e que todos os Deputados possam devolver o dinheiro que receberam.

Essa emenda seria boa! Voto a favor do projeto. Lá em Ponta Grossa vai ter uma boa grana para devolver.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Pastor Edson Praczyk. V. Exa. vai encaminhar a favor ou contra?

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (**Para Encaminhar**)

A favor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Bloco Independente ou Bloco Suprapartidário, como prefiro chamá-lo, estava com dúvidas em relação à proposta do Deputado Marcelo Rangel.

Eu mesmo tive o cuidado de sentar ao lado dele e questioná-lo a respeito de algumas de nossas dúvidas.

E, essas dúvidas continuaram pairando entre o Bloco Independente, se não fosse a cuidadosa leitura de uma das justificativas de um dos relatórios, mais especificamente da Comissão de Finanças, que passo a ler na íntegra, e acabo de vez com as nossas dúvidas e da qual o Bloco Independente vota com o proponente, Deputado Marcelo Rangel.

(**Lê parecer ao Projeto de Lei nº 018/08**).

Portanto, seguindo o Relator, estaremos votando favoravelmente, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Plauto Miró. V. Exa. encaminha contra ou a favor?

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Contra.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero dizer que este projeto de lei do Deputado Marcelo Rangel, vindo a ser aprovado hoje, em 1ª discussão, porque em 1ª discussão estamos discutindo a constitucionalidade do projeto. Em 2ª discussão que se discute o mérito. Hoje, estamos até mesmo antecipando

o mérito para discussão no momento da constitucionalidade. Quero dizer que vou apresentar uma emenda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que ele fique mais abrangente, fazendo com que todos os cargos em comissão do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, caso o proprietário de uma rádio ou televisão ou qualquer meio de comunicação ocupe um cargo em comissão, não poderá receber recursos públicos.

Se você pensar, um Presidente da COPEL, que é um dos grandes anunciantes na mídia do Paraná, ele está fora do projeto de lei do Marcelo Rangel. O Presidente da SANEPAR, do DETRAN, um Diretor de qualquer uma dessas empresas não vai ser atingido por esse projeto de lei apresentado aqui. Então, amanhã, caso venha a ser aprovado a constitucionalidade, vou apresentar uma emenda para abranger todos os cargos em comissão dos três Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - e quem sabe até do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Solicito aos Srs. Parlamentares que tomem seus assentos porque vai se proceder à votação.

Atenção, Srs. Deputados, vai se proceder à votação.

Deputados que forem favoráveis ao projeto de autoria do Deputado Marcelo Rangel deverão votar SIM, os que forem contrários, obviamente, deverão votar NÃO. Está iniciado o processo de votação.

Está encerrada a votação.

Dezenove Deputados votaram NÃO.

Dezoito Deputados votaram SIM.

Uma abstenção.

Portanto, está **rejeitado** o projeto.

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 082/08, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública o Clube de Mães e Amigas do bairro de Santa Felicidade, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 018/08, de 12/03/08, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 082/08

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Fábio Camargo, declara de utilidade pública o Clube de Mães e Amigas do Bairro Santa Felicidade, com sede e foro em Curitiba, Paraná.

##### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, o presente projeto é omissivo quanto ao foro do Clube que se pretende declarar de utilidade pública. Desta forma, sugere-se a emenda aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

##### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 082/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, o Clube de Mães e Amigas do Bairro Santa Felicidade, com sede e foro em Curitiba, Paraná.”

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 160/08, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança do Bairro Batel, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 037/08, de 22/04/08, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 160/08

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança do Bairro Batel - CONSEG Batel, com sede e foro no município de Curitiba, Paraná.

##### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

##### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/08, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que declara de utilidade pública o Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade - Moisés Barbosa da Silva, com sede e foro no município de Moreira Sales, comarca de Goioerê. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 037/08, de 23/04/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 171/08

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Antonio Anibelli tem por objetivo declarar de utilidade pública estadual o CEMIC Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade - Moisés Barbosa da Silva, com sede e foro no município de Moreira Sales, comarca de Goioerê.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, conforme previsto no respectivo Estatuto Social, a denominação do centro que se pretende declarar de utilidade pública é: “Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade - CEMIC - Paraná do Oeste/PR. O referido centro possui sede no município de Moreira Sales e foro na comarca de Goioerê.

Desta forma, a fim de corrigir tais irregularidades, sugere-se a emenda modificativa em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 171/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 4º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro de Estudos do Menor e Integração na Comunidade -

CEMIC - Paraná do Oeste/PR, com sede no município de Moreira Sales e foro na comarca de Goioerê.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**Requerimentos****O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1270 e 1278, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1274 e 1275, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1276 e 1277, de autoria do Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1279 a 1298, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1299, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1310, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, com apoio dos Deputados Jocelito Canto, Alexandre Curi, Valdir Rossoni e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1311, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1312, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Antes de encerrarmos a Sessão, registro a presença de José Osmar Taques, Vereador de Honório Serpa, Presidente da ACAMPSOP e também do Vereador Jaime, a pedido do Deputado Litro.

**Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 082, 160 e 171/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 124, 621, 844/07, 132 e 148/08.

Levanta-se a Sessão.

**Publicações:****Atas de Comissão****Constituição e Justiça**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
14ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Durval Amaral e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Duílio Genari, Edgar Bueno, Francisco Bühner, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mauro Moraes, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Waldyr Pugliesi, Augustinho Zucchi e Dr. Batista. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Nereu Moura. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 475/07 de autoria do Deputado Plauto Miró. O Sr. Deputado Valdir Rossoni SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente. O Sr. Deputado Nereu Moura apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 828/07. O Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 097/08 e 170/08. O Sr. Presidente coloca em votação os requerimentos - APROVADOS; 02) Projeto de Lei nº 828/07 de autoria do Tribunal de Contas. Parecer do Deputado Nereu Moura favorável às Emendas nºs 5, 7 e 8 e contrário às Emendas nºs 1, 2, 3, 4, 6, 9, 10, 11, 12, 13 e 14. Os Srs. Deputados Duílio Genari, Reni Pereira, Douglas Fabrício, Luiz Carlos Martins, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni votaram favoravelmente e os Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli, Waldyr Pugliesi, Artagão Júnior, Carlos Simões e Francisco Bühner votaram com o Relator, Deputado Nereu Moura. O Sr. Presidente apresenta voto de minerva acompanhando o parecer do Relator - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 097/08 de autoria do Poder Executivo. O Sr. Waldyr Pugliesi apresenta comunicado substituindo o Deputado Mauro Moraes como membro titular pelo Deputado Luiz Claudio Romanelli - Aceito pelo Sr. Presidente. Parecer do Deputado Reni Pereira CONTRÁRIO à emenda de Plenário - APROVADO por unanimidade; 04) Projeto de Lei nº 170/08 de autoria do Poder Executivo. O Sr. Deputado Valdir Rossoni apresenta requerimento de destaque de votação das emendas ao Projeto de Lei nº 170/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento. Os Deputados Valdir Rossoni, Reni Pereira, Douglas Fabrício, Luiz Carlos Martins e Duílio Genari votaram favoravelmente e os Deputados Tadeu Veneri, Luiz Claudio Romanelli, Waldyr Pugliesi, Artagão Júnior, Carlos Simões, Francisco Bühner e Nereu Moura votaram contrariamente -

REJEITADO. Parecer do Deputado Artagão Júnior favorável à Emenda nº 3 e contrário às Emendas nºs 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Valdir Rossoni, Reni Pereira, Douglas Fabrício, Luiz Carlos Martins e Duílio Genari e voto favorável dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Tadeu Veneri, Francisco Bühner, Nereu Moura, Waldyr Pugliesi e Carlos Simões. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

CAÍTO QUINTANA - Presidente  
Ana Andretta - Secretária

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
15ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e oito, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Caíto Quintana e com a presença dos Srs. Deputados: Artagão Júnior, Duílio Genari, Edgar Bueno, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Nereu Moura, Reni Pereira, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Waldyr Pugliesi e Dr. Batista. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a ata da última reunião extraordinária em discussão e votação - APROVADA, com pedido de dispensa de leitura pelo Deputado Duílio Genari. Passou-se à Ordem do Dia: O Sr. Deputado Luiz Carlos Martins apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 211/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 01) Projeto de Lei nº 211/08 de autoria da Comissão Executiva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 475/07 de autoria do Deputado Plauto Miró. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Nereu Moura à emenda da Comissão de Finanças - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 691/08 de autoria do Deputado Alexandre Curi. O Sr. Deputado Artagão Júnior SOLICITAS VISTAS - CONCEDIDA pelo Presidente. O Sr. Deputado Luiz Carlos Martins apresenta requerimento de preferência de votação aos Projetos de Lei nºs 084/08 e 137/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 084/08 de autoria do Deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins, na forma da emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 137/08 de autoria do Deputado Edgar Bueno. O Sr. Deputado Luiz Carlos Martins apresenta requerimento de retirada da matéria da pauta desta reunião. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO. Os Srs. Deputados Luiz Claudio Romanelli e Nereu Moura apresentam requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 168/08. O Sr. Presidente coloca em votação os requerimentos - APROVADOS; 06) Projeto de Lei nº 168/08 de autoria

do Poder Executivo. O Sr. Deputado Valdir Rossoni SOLICITA VISTAS - CONCEDIDO pelo Presidente. O Sr. Deputado Tadeu Veneri apresenta requerimento de preferência de votação à Proposição Veto nº 033/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 07) Proposição Veto nº 033/08 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 735/07 de autoria do Professor Luizão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni ao encaminhamento ao Plenário - APROVADO. O Sr. Luiz Claudio Romanelli, apresenta requerimento de preferência de votação ao Projeto de Lei nº 152/08. O Sr. Presidente coloca em votação o requerimento - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 152/08 de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Luiz Carlos Martins - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 125/08 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 126/08 de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Francisco Bühner na forma da emenda anexa. lido pelo Deputado Reni Pereira - APROVADO; 11) Projeto de Lei Complementar nº 129/08 de autoria dos Deputados Luiz Nishimori, Nereu Moura e Cleiton Kielse. O Sr. Deputado Valdir Rossoni, Relator, requer junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e à Coordenação da Região Metropolitana de Maringá - DEFERIDO pelo Presidente; 12) Projeto de Lei nº 131/07 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nereu Moura - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Tadeu Veneri e Luiz Claudio Romanelli; 13) Projeto de Lei nº 150/08 de autoria do Deputado Ney Leprevost. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 844/07 de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer do Deputado Valdir Rossoni FAVORÁVEL à emenda da Comissão de Educação - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 148/08 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 160/08 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 161/08 de autoria do Deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari na forma da emenda anexa - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 171/08 de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari na forma da emenda anexa - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 184/08 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 124/07 de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 132/08 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari na forma da emenda anexa - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 194/08 de autoria do Deputado Nelson

Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 198/08 de autoria do Deputado Dr. Batista. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 203/08 de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari na forma da emenda anexa - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 217/07 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 082/08 de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari na forma da emenda anexa - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 130/08 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari na forma da emenda anexa - APROVADO; 28) Projeto de Lei nº 154/08 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari na forma da emenda anexa - APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 191/08 de autoria do Deputado Felipe Lucas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari na forma da emenda anexa - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 197/08 de autoria dos Deputados Nelson Justus e Miltinho Pupio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 199/08 de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 202/08 de autoria do Deputado Fábio Camargo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari na forma da emenda anexa - APROVADO; 33) Projeto de Lei nº 159/08 de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 34) Proposição Veto Parcial nº 032/08 de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 728/07 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni ao encaminhamento ao Plenário - APROVADO; 35) Proposição Veto Parcial nº 034/08 de autoria do Poder Executivo - Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 721/07 de autoria do Deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni ao encaminhamento ao Plenário - APROVADO; 36) Proposição Veto nº 037/08 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 633/07 de autoria do Deputado Edson Strapasson. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni ao encaminhamento ao Plenário - APROVADO; 37) Proposição Veto nº 038/08 de autoria do Poder Executivo - Veta o Projeto de Lei nº 581/08 de autoria do Deputado Stephanes Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Valdir Rossoni ao encaminhamento ao Plenário - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Andretta, advogada e Secretária desta Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

Ana Andretta - Secretária

